

459ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA

00:06:49 Naiana Lanza: Bom dia a todos e a todas. Agradeço a presença tanto do pessoal que está aqui online quanto do pessoal que está presencialmente. Então, tendo sido verificado o quórum, a mesa declara aberto os trabalhos da Reunião Ordinária nº 458 do plenário do CONSEMA, que tem pauta conhecida e distribuída a todos e a todas. Informo que a reunião e a transmissão desta reunião poderá ser acessada no YouTube da Secretaria após o período eleitoral. Então, em função do período eleitoral, as redes sociais da Secretaria não estão disponíveis. Por esse motivo, então, a gravação será disponibilizada posteriormente. A plenária ocorre aqui na sala de reuniões do CONSEMA, o plenário Professor Paulo Nogueira Neto, e também por meio virtual, através de videoconferência. Então, em continuidade ao Expediente Preliminar, passamos então à aprovação da ata da Reunião Ordinária nº 458 do plenário do CONSEMA, distribuída junto a convocatória aos conselheiros e as conselheiras, razão pela qual eu peço ao plenário que dispense a leitura. Alguém tem alguma consideração em relação à ata? Não? Ok. Então, podemos seguir. Então, portanto, a ata fica considerada aprovada pela presidência. Hoje eu comecei bem rápido, nem dei bom dia para você, Jônatas, nem para o Cristiano. Bom dia, pessoal. Aqui já fui na objetividade. Hoje, em função do período eleitoral, também a gente vai direto aos informes aqui da presidência e da Secretaria Executiva de forma bem pontual, porque justamente a gente não tem tido as notícias no site da Secretaria que fazia um pouco esse nosso momento aqui na plenária. Então, aqui, como não sei se o Jônatas tem algum comentário, algum informe que ele gostaria de trazer. Não? A gente segue, então, para as discussões com os conselheiros. Eu tenho um pequeno informe em relação às próximas audiências públicas do Conselho. Então, a nossa próxima audiência é do empreendimento Novo Centro Comercial, que será realizado no dia 13 de agosto de 2026, às 17h, no município de Ribeirão Preto. Portanto, então, agora passamos aos assuntos gerais, e o momento destinado à fala dos conselheiros. Então, aqueles que desejam fazer uso da palavra, por favor, eu peço que se manifestem. Então, Manara, Navarro também. Registrado, Andrés. Só isso? Coloquei, então aqui, só confirmando: Manara, o Victorino, o Andrés, o Navarro e a Beatriz. Mais alguma pessoa inscrita? Deixa eu checar. Não, acho que é isso mesmo. Então, por favor, Manara, pode começar.

00:10:13 Marcelo Manara (ANAMMA): Obrigado. Bom dia a todos. Bom dia, secretário, a quem eu cumprimento todos os colegas conselheiros. Eu gostaria primeiro de agradecer a recepção que tivemos ontem na presidência da CETESB com o presidente Thomaz e a equipe técnica, que nós reproduzimos aquela apresentação técnica já trazida aqui na plenária sobre o Sandbox realizado em São José dos Campos, no aterro sanitário, com uma tecnologia que rodou pela primeira vez a América Latina, para monitoramento dos gases do aterro sanitário em São José dos Campos. Estamos finalizando o processo de contratação para termos um ano esse monitoramento, para ser o primeiro aterro com um monitoramento de emissão de gases nesse nível de detalhamento. E coloco à disposição aqui do CONSEMA e de todos os conselheiros que queiram acompanhar, assim como fiz com toda a equipe da CETESB, que desejar acompanhar os desdobramentos desse monitoramento lá em São José dos Campos. E aproveitar nessa mesma leitura, fazer uma analogia de uma das pautas hoje aqui, que nós trataremos do Proconve, né? Lembrar que a ANAMMA, nós fizemos protocolar aqui no CONSEMA, aquela solicitação com relação à diluição do chorume nas ETES. É uma pauta que acendeu, estamos tratando também no âmbito do CONAMA, na revisão da resolução 430, CONAMA, que trata também dos parâmetros de emissões, de efluentes, na verdade, para os recursos hídricos, e que a ANAMMA foi uma das reladoras do pedido de

vistas agora, e deve, com certeza, ir para a plenária do CONAMA de setembro. Mas fazer uma analogia, porque é importante nós resgatarmos a questão histórica desse tipo de debates. Nós que somos mais velhinho de trecho, é importante sempre lembrar: Quando nós tivemos, como sociedade, a coragem de proibir a existência de lixões no Brasil, o grande argumento sempre foi: olha, vai ficar muito caro aos municípios. Então, mesmo representando aqui a ANAMMA, uma entidade municipalista, nós enaltecemos a coragem daquele momento de 23 anos atrás. Ainda não conseguimos atingir isso, lamentavelmente, é um dos dados que nos envergonha muito enquanto sociedade, a existência de mais de 3 mil lixões. Mas, em termos normativos, tivemos essa coragem. E o mesmo aconteceu com a poluição atmosférica, que fez surgir esses programas de controle de emissões veiculares. E atrás disso, a reboque disso, foi desenvolvida uma série de tecnologias em resposta à coragem normativa. Então, se o resíduo sólido foi contemplado com a coragem da proibição, também o parâmetro de qualidade do ar foi contemplado com normas de restrições para monitoramento e acompanhamento. Nós reivindicamos agora a mesma coragem para o ambiente hídrico, já que nós entramos na era da escassez hídrica declarada pela ONU. Então, reforço aqui aquela solicitação colocada num ofício, formalizada aqui no ambiente do CONSEMA, também no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, para que a CETESB caminhe junto conosco para avançarmos. Conversei isso ontem com o presidente Thomaz, tivemos uma boa conversa sobre isso, uma forma de condução, mas é necessário, é urgente que nós possamos definir a proibição da prática da diluição do chorume nas ETEs e o lançamento dos corpos hídricos sem tratamento. Obrigado.

00:14:34 Naiana Lanza: Obrigada, Manara. Na sequência, então, o conselheiro Victorino representando o CREA.

00:14:40 Eduardo Victorino (CREA): Bom dia a todos. Bom dia, Jônatas, ao qual eu cumprimento todos sentados à mesa e online. São dois informes aqui: Primeiro, parabenizar o pessoal do Programa de Educação Ambiental da Bacia do Alto Tietê, são 39 municípios. E aí, parabenizar a SEMIL, o Invex, que foi a empresa que elaborou, o FEHIDRO, a FABAT e o Comitê da Bacia do Alto Tietê. E deixar aqui um recado, que eu estive presente aqui a semana passada, que é que esse programa chegue aos municípios, chegue ao gestor, senão, não tem muito sentido. Então, é importante que a gente possa levar esse programa para os gestores, porque é lá no município que acontecem as coisas. E a gente pode, inclusive, ter esse programa para os outros municípios que não estão na bacia como orientação. Então, foi uma apresentação muito importante, com bastante informação técnica. Então, fica aqui minha recomendação, viu, Jônatas? Que a gente possa levar isso ao gestor público. Eu tenho dito que nós temos que quebrar esse paradigma, que plano e programa fiquem na gaveta, tem que ser utilizado. E também outra informação, eu entreguei agora há pouquinho o ofício com relação a cargas perigosas na ponte de Rio Juqueri, como o nosso subsecretário se ofereceu a ajudar e está em ata, aí eu vou precisar muito da sua ajuda, viu? Então eu entreguei esse documento, uma preocupação que nós temos já há muito tempo, que é um ponto crítico. Então, eu entreguei um ofício, com algumas fotos, que vem de encontro com aquilo que eu coloquei na reunião passada. E que caminhão de carga naquele ponto, nós temos os buzínates que jogam direto no Rio Juqueri, e o nosso prejuízo da biota e o prejuízo todinho que a gente vai ter na comunidade que estão ao redor, e também no processo de água em São Paulo, porque ali a gente sabe que vai para a represa Paulo de Paiva Castro. Então, conto aí com a ajuda do nosso subsecretário. E Mairiporã fica à disposição, viu,

Jônatas, para a gente receber, para a gente acompanhar, né? E até fazer programas de mitigação, se for necessário. Obrigado.

00:16:49 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Na sequência, o conselheiro Andrés, que está online.

00:16:55 Andrés Vernet: Bom dia, senhor secretário, senhores conselheiros, conselheiras. Bom dia a todos. Eu tenho três perguntas para fazer, queria aqui, por favor, a CETESB ou a SEMIL responder para nós. Nós temos vários ofícios sem resposta há mais de um ano, alguns. Nós já enviamos um e-mail à Naiana sobre esses casos, especialmente um caso aqui muito sui generis, é o seguinte: é uma empresa que foi denunciada aqui no plenário por nós, em março de 2025, e até agora não tem resposta, é uma empresa que está trabalhando há quatro anos somente com a Licença de Instalação, só com a LI, e fabricando seus produtos e vendendo normalmente, sem a Licença de Operação e sem a logística reversa. Nós enviamos isso à CETESB depois de várias cobranças, várias trocas de e-mail, e em novembro do ano passado, já estava na mão do senhor Paulo Guilherme. E, novamente, esse ano, em junho, enviamos mais um e-mail para ele, e até o momento estamos sem resposta. Essa empresa se instalou, cresceu, vendeu durante quatro anos sem a Licença de Operação, e a empresa fechou agora. Fechou, era uma EPP. E ela abriu novamente, em outro município vizinho, da mesma forma, com uma LI, e agora pior ainda, como ME. Ou seja, ela está usando o mesmo modo operante, ela abre e depois fecha, abre e depois fecha. Então, queria, por favor, uma atenção especial para os casos que nós temos aí, devidamente comprovados, com fotos e etc. Segunda pergunta, queria perguntar ao senhor secretário como é que está a nova legislação sobre logística reversa, referente àqueles subsídios que já foram enviados, acho que muita gente enviou, foi encerrado em fevereiro, a remessa. E nós estamos preocupados porque o novo decreto de plástico já está em vigor, e esse decreto inclui novas exigências, novas formas de se trabalhar dentro da logística reversa, principalmente sobre metas de conteúdo de material reciclado, exigências para comerciantes, e exigência para donos de marca, um assunto muito importante que não está devidamente trabalhado dentro da logística reversa. Então, a gente queria saber como está o andamento disso. E a terceira e a última pergunta é sobre uma empresa chamada Dolly Refrigerantes. Não sei se todo mundo viu uma notícia nos jornais, que a Fazenda Nacional e a PGE pediram a falência dessa empresa, chamada Brabeb, que é a Dolly Refrigerantes. Isso depois de 25 anos sem pagar impostos e mais oito anos de uma recuperação judicial. Ou seja, uma demora, talvez problemas jurídicos, mas uma demora muito grande. Essa empresa foi a terceira maior fornecedora de refrigerantes de São Paulo, Grande São Paulo e Baixada Santista. E com certeza o Rio Tietê e o Rio Pinheiros têm muita garrafa deles. E eles estão com um passivo de logística reversa há três anos. Então, pelas nossas contas, essa empresa despejou mais de 800 toneladas de plásticos em São Paulo. Então nós queremos fazer uma pergunta, diante disso, diante dessas ações da Fazenda Nacional e da PGE, como que o Estado vai fazer para receber esse passivo de logística reversa dessa empresa, uma vez que você pediu a falência? Se a PGE também vai entrar com isso, ou se a CETESB, qual é o procedimento legal agora adotado que fará com que possa recuperar esse passivo de logística reversa? Então é isso, muito obrigado a essas três perguntas. Obrigado.

00:21:23 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Na sequência, então, voltamos aqui ao plenário. Eu convido o coronel Navarro para fazer uso da palavra.

00:21:32 Leandro Navarro: (PMAMB): Bom dia a todos. Cumprimentar o nosso subsecretário Jônatas, o subsecretário Cristiano, Naiana, em nome de quem eu cumprimento todos os conselheiros aqui presentes e os que estão online. Bem, só para dar uma notícia, nós tivemos uma grande operação, operação de cinco dias, chamada Operação Guardiões das Florestas, em todo o estado, envolvendo cinco batalhões, 207 unidades de serviço, mais de 500 policiais militares, 310 ações envoltas em inteligência policial, muito TCRA, que a gente refiscalizou e autuou, Unidade de Conservação, mais de 2 mil metros cúbicos de madeira nativa e fiscalizados, sendo que 10,3% apreendido, autuado, mais de 200 metros cúbicos. Enfim, uma ação grandiosa que pegou todo o nosso estado, foi do dia 13 ao 17, com grandes resultados para a gente, e que demonstra a nossa vocação e o nosso empenho e direcionamento para a proteção dos recursos naturais, com todo esse esforço que a gente faz para mais além das ações rotineiras nossas. Também nós tivemos uma ocorrência de relevância com a inteligência policial e com a defesa agropecuária, com o apoio deles. Uma ocorrência que nós tivemos dentro dessa operação, nós fomos fiscalizar uma Área de Preservação Permanente, uma intervenção em Área de Preservação Permanente, e ali tinha um abatedouro clandestino. Eles tinham ali, além dos maus tratos aos animais, era um abatedouro de suínos. Havia vários animais ali em situação precária de crueldade, maus tratos, além da intervenção em Área de Presença Permanente, poluição do recurso hídrico, do corpo hídrico, e também o uso de anabolizantes que foram apreendidos ali e tal. Então, uma ocorrência que teve grande repercussão na mídia, que demonstra também, além das questões relativas ao meio ambiente, mas também a segurança alimentar e a saúde da nossa população. Então esse é o espectro amplo que a gente atua e que a gente direciona os nossos esforços realmente com inteligência policial, com direcionamento e integração com os outros órgãos para a gente ter resultados realmente na ponta da linha ali, que entreguem valores e realmente tiram esses grandes criminosos infratores de circulação. Então é isso, um bom dia a todos, bom trabalho para nós.

00:24:20 Naiana Lanza: Obrigada, Coronel. Na sequência, a conselheira Beatriz Caio, da Diretoria de Planejamento Ambiental. Por favor, Beatriz.

00:24:27 Beatriz Caio (DPLA): Bom dia a todas e todos. Pela Diretoria de Planejamento Ambiental, vale destacar que na semana passada, na quinta-feira, dia 23 de julho, o Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro da Baixada Santista tomou posse. Houve a nomeação por meio de resolução, resolução número 26, de 15 de julho desse ano. E nessa ocasião, os membros da sociedade civil, do Estado e da Prefeitura foram nomeados e conseguiram aprovar um plano de trabalho que tem como objetivo a revisão do Zoneamento Costeiro, que é vigente desde 2013. Então, ao longo desse biênio, 2006-2028, o que esse grupo vai fazer? Ele vai, então, rever todos os assuntos que foram colocados na rodada de diálogo e, a partir então, das melhorias dos mapeamentos tecnológicos, a partir de entender quais são as necessidades do ponto de vista de proteção, conservação, da transformação da dinâmica de ocupação do território, da necessidade de se atentar às questões de adaptação e resiliência climática, o grupo vai rever os polígonos para que, então, nesse biênio tenha um novo zoneamento atualizado. E, com isso, leve mais sustentabilidade para a região da Baixada Santista.

00:25:58 Naiana Lanza: Obrigada, Bia. A Lara, que chegou um pouquinho atrasada, também pediu para fazer uso da palavra. Lara, por favor.

00:26:09 Lara Carolina Chacon Costa (DEA): Bom dia. Desculpem o atraso. É só fazer um anúncio, porque na próxima reunião já vai ter começado. Esse ano vai começar o Verão no Clima antes do verão. Então, a partir de agosto, em parceria com as prefeituras do litoral, a gente está começando um programa de formação de professores e gestores escolares com foco em cultura oceânica e educação ambiental, com todos os parceiros que tiveram com a gente no Verão no Clima ao longo desses anos. Então, a gente está com o Projeto Tamar, Fundação Florestal, Maré de Ciência, do pessoal da Unicef, Instituto Oceanográfico da USP, entre outras organizações que apoiam o Verão no Clima há muitos anos. Então a gente começa um ciclo de formação de professores síncrono, online, por meio da plataforma do Teams. A gente está fazendo uma parceria diretamente com as secretarias municipais de educação. E começa agora em agosto. As formações vão ser quinzenais, sempre ali com uma hora e meia a cada 15 dias, com diferentes temas. Então a gente vai ter questões específicas de fauna, de flora, de combate ao lixo no mar, do programa Mar Sem Lixo, entre outros programas aqui também da Secretaria. A gente já tem a confirmação da participação de oito secretarias municipais de educação que vão se engajar ativamente no programa e estamos capitaneando outros municípios. E quando a gente tiver para começar, a gente manda via CONSEMA o link também para quem tiver interesse e quem quiser participar junto com a gente. Então a gente começa agora e a gente vai até o fim do verão em 2027 com as ações. A gente começa com essa, vamos ter outras programadas com as escolas, mais os eventos de conscientização ambiental que a gente faz nos 16 municípios. A gente segue esse ano com os 16 municípios. É isso, obrigada.

00:27:54 Naiana Lanza: Obrigada, Lara. Bom, então agora a gente passa as considerações da presidência e dos demais que foram citados. Você levantou agora, né, Fernanda? Mas tudo bem, pode falar, Fernanda, seja bem-vinda.

00:28:12 Fernanda Carbonelli (ICC): Bom dia a todos. Minha fala vai ser bem rápida. Eu não sei se todos vocês sabem, a gente tem um Conselho Estadual de Mudanças Climáticas aqui no estado de São Paulo, aliás, acho que é um dos únicos no Brasil. Ele constava em lei desde 2009, mas ainda não tinha sido ativado. Em 2025 ele foi ativado. E semana passada teve uma reunião do Conselho e a Defesa Civil trouxe informações muito relevantes a respeito do El Niño, das previsões do Plano São Paulo Corta Fogo, mas também das preparações do Estado de São Paulo para os eventos climáticos extremos. E tem me preocupado demais a inércia, para não dizer omissão, dos gestores públicos municipais com relação a essa temática das áreas de risco, desse planejamento urbano, para receber esses eventos climáticos extremos. Já está muito claro, nesse panorama meteorológico, que em dezembro nós vamos ter um volume de chuva bem grande, bem preocupante para as nossas regiões de deslizamento, alagamento e erosão. E nós fizemos, no Conselho Estadual de Mudanças Climáticas, uma moção pedindo para que fosse enviado a todos os municípios essa moção, que ela recomenda que os municípios revejam seus Planos Diretores, suas leis de uso e ocupação do solo e os seus próprios planos municipais de redução de riscos, acidentes e desastres e planos de contingência, ainda para este verão. Então, eu queria pedir também um apoio do CONSEMA para subscrever essa moção, Naiana, na próxima reunião, enviar isso aos conselheiros, para que a gente possa ganhar mais força na repercussão desse assunto e na remessa disso com bastante seriedade aos municípios paulistas, porque é lindo o trabalho que o Estado de São Paulo tem feito em termos de planejamento, mas eu sinto muito pouco engajamento dos municípios. Até na própria apresentação feita, só 50% dos municípios participaram das capacitações, dos exercícios. Então, eu queria reiterar esse tema

de extrema relevância para o nosso município, principalmente para a região do Litoral Norte que é afetada e foi tão afetada na tragédia de 2023 com perda de 64 vidas, reiterar esse pedido para que essa moção de fato seja levada ao conhecimento dos municípios porque apesar dela ter sido publicada nenhum dos municípios parece ter recebido, recepcionado essa recomendação ou se recepcionou, não deu a menor atenção, até, doutora Tatiana, o Coletivo de Entidades Ambientalistas pensou em encaminhar isso para o Ministério Público, para quem sabe essa recomendação também ganhar um certo apoio institucional do MP nesse sentido com relação a essa recomendação. Eu sinto que a gente precisa evoluir muito nessa questão de prevenção de riscos, acidentes e desastres, e eu acho que uma boa medida é a gente estar muito atenta a essas recomendações que saem e que muitas vezes não são atendidas ou sequer ouvidas pelos municípios paulistas. Então, é um apelo que eu faço para que a gente possa unir forças nesse sentido e colocar essa moção, de fato, com responsabilidade para os nossos gestores. Muito obrigada.

00:32:18 Naiana Lanza: Obrigada, Fernanda. Então, acho que não havendo mais inscritos, nós então passamos... Ah, não, a doutora Tatiana também, o pessoal está chegando. Por favor, doutora Tatiana, fique à vontade.

00:32:18 Tatiana Barreto (MP): Bom dia, muito rápido, senhor secretário, demais conselheiros e conselheiras, só porque houve uma citação ao MP, vou fazer um esclarecimento breve para a conselheira Fernanda, no sentido de que o Ministério Público já vem trabalhando há anos na questão da prevenção dos desastres, juntamente com todos os órgãos estaduais e municipais, incentivando a criação e instrumentalização das defesas civis municipais. No ano de 2024 nós atingimos o número de todos os municípios do estado de São Paulo terem defesa civil municipal, e nós atuamos muito fortemente, viu, conselheira Fernanda, para que ela seja estruturada, capacitada, e tenha condições de dar resposta e se prevenir diante das alterações climáticas. Um exemplo disso é que nós já fizemos reunião ontem, desde o final de semana, segunda-feira, e ontem nós tivemos com o município de Guariba e o promotor de lá, dando total apoio ao promotor de Guariba, que teve 70% do município destruído, e de modo que o Ministério Público está atento a essa temática e vem atuando já de longa data. É isso, obrigada.

00:33:52 Naiana Lanza: Obrigada, doutora Tatiana. Bom, deixa eu checar aqui se agora, de fato, encerramos as inscrições e os usos da palavra. Então, passaremos agora para os comentários da presidência. Eu vou aproveitar, Jônatas, e já fazer um comentário aqui que a Fernanda trouxe em relação ao Conselho de Mudanças Climáticas, em relação a essa moção, só para esclarecer que a moção, além de ter sido publicada em o Diário Oficial, ela foi encaminhada para todos os municípios do Estado também. Então, esse movimento foi feito pelo Conselho só para trazer esse esclarecimento. Acho que é isso. Eu passo para você e depois eu complemento se for necessário.

00:34:36 Jônatas Trindade: Agradecer, acho que a intervenção de todos. Acho que a agenda ambiental é uma agenda bastante complexa. A gente mexe com tudo e, principalmente, quando a gente trabalha com o meio ambiente, a gente tem que pensar na biodiversidade, tem que pensar nas pessoas, tem que pensar nas atividades econômicas, tem que pensar em tudo. E aí a gente também, na lógica do que o Manara colocou, a gente tem que ter coragem mesmo para poder enfrentar os desafios. Acho que essas discussões técnicas são importantes e necessárias. A Secretaria e a CETESB, a CETESB, com grande

expertise nesses temas, tem contribuído de uma forma muito clara, tanto em âmbito federal como estadual, e eu acho que esse é o caminho mesmo, Manara. A gente tem que realmente reforçar o compromisso que a gente tem com o meio ambiente, o compromisso que a gente tem com as pessoas, com a população paulista, no sentido de fortalecer a agenda ambiental e entender aquilo que é mais importante do ponto de vista do que a gente precisa melhorar. Eu acho que esse é o caminho. Eu acho que uma frase minha, pessoal, que sempre tem espaço para melhoria, eu acho que na nossa vida é isso, a gente tem que buscar essas melhorias e buscar com tecnologia, como bem você colocou. Acho que esse é um caminho que dá firmeza, eu falo isso muito pelo que eu tenho acompanhado aqui no Estado de São Paulo, a grata satisfação de ter tanta gente técnica e tanta gente profissional que ajuda a gente a construir as políticas públicas com esse cenário de entender tecnicamente como é que deve ser construído e que resultado vai ser alcançado a partir daquela diretriz que está sendo colocada. Então, conte com a gente nesse sentido de apoiar para poder construir e melhorar esse tipo de coisa nas regulamentações que a gente tem acompanhado, em especial no Conama, que eu também sou conselheiro do Conama. Victorino, seu pedido aqui, eu vi seu pedido, eu já vou endereçar, vou pedir uma reunião também, se você quiser participar. Eu vou agendar uma reunião com o Ibama para a gente conversar com eles. Vou identificar onde é que está esse projeto, se o Licenciamento está aqui em São Paulo ou se está em Brasília, e como é que a gente consegue apoiar e intervir nesse processo. Em relação a levar a informação para os gestores locais, a gente tem feito esse movimento muito forte. A Lara tem feito esse papel, em especial com a parte da educação ambiental, as demais diretorias também fazem, mas esse trabalho é um trabalho de formiguinha, um trabalho que não é simples, mas a gente tem buscado essa interação, não só com o exemplo que a Lara trouxe do Verão no Clima, a gente mudou, a Lara acho que não explicou, a gente mudou a sistemática do Verão no Clima. O Verão do Clima eram ações concentradas em determinado dia na praia, até para poder gerar uma conscientização ambiental naquele momento. E a gente entendia que precisava remodelar o programa com o objetivo de realmente ter uma maior proximidade com a agenda local. Então, é realmente levar a educação ambiental de uma forma muito própria em momentos não só no período do verão. Lógico, a gente culmina a ação com a ação no verão, com ações no verão. A gente mobiliza muita gente, mobiliza, tem conseguido mobilizar e tem sido uma grata satisfação a participação da população e o envolvimento da universidade, o envolvimento da Fundação Florestal, envolvimento das ONGs, envolvimento das prefeituras, envolvimento de vários atores nesse momento que culmina no evento que a gente faz nos municípios no Verão no Clima. Então, eu acho que é bastante relevante essa mobilização, a gente tem uma mobilização também muito forte por meio do PMVA, que vai fazer uma apresentação hoje. Essa proximidade tem gerado essa convergência, acho que no meu entendimento é convergência de agendas e entendimento de que as prefeituras têm no estado de São Paulo um parceiro para poder apoiar e melhorar as políticas públicas. Então, acho que a apresentação do PMVA vai mostrar esse panorama e a gente tem feito essa interface com todos, tanto pela Diretoria de Planejamento Ambiental, com interface direta com a educação ambiental. O IPA também participou muito diretamente. A parte de fauna, a gente também tem tido uma interlocução com os municípios, para ver se a gente consegue ampliar a rede de resgate de animais silvestres, para ver se a gente melhora essa articulação, junto também com a polícia ambiental. Então, é um trabalho que depende dessa movimentação e depende dessas pessoas. Entendo que a política pública ambiental acontece muito no território, todo mundo sabe disso e é no município que as coisas acontecem. A gente precisa ter essa adesão das prefeituras, essa qualificação também, para que as políticas públicas permaneçam. Acho que o Verão no Clima, ele auxilia nesse

contexto, o PMVA do mesmo sentido, e os outros programas também que a gente tem desenvolvido têm muito essa característica de realmente a gente buscar ter a proximidade com o gestor local, tentando entender as dificuldades, tentando levar soluções, tentando construir, nós temos buscado outras parcerias, por exemplo, parceria com o SEBRAE, para levar a educação para a ponta, levar oportunidades para as pontas, e ver como é que a gente interage de uma forma, realmente, a qualificar a educação, qualificar as ações ambientais nos municípios. Em relação às demandas do conselheiro Andrés, eu já pedi para a Naiana para a gente reiterar com a CETESB para que todas as demandas sejam respondidas. Então, Naiana, por favor, se tiver qualquer dificuldade me fala para eu poder conversar com a CETESB, cobrar da CETESB, dar o puxão de orelha, que a gente não pode ficar sem resposta. Em relação especificamente ao caso da Dolly, a gente também vai levar para a CETESB, para que ela avalie dentro do processo como é que a gente consegue avaliar. Essa questão da denúncia, se não foi apurada a gente vai pedir também, vai reforçar para que faça essa apuração o mais rápido possível. Lív, quer falar alguma coisa? Por favor.

00:41:02 Liv Nakashima (CETESB): Especificamente a respeito da logística reversa, as questões dos passivos, é importante lembrar que a gente tem, desde novembro do ano passado, a gente fez uma revisão das nossas Decisões de Diretorias e não havia previsibilidade das penalidades para as empresas que tinham passivos de crédito de logística reversa ou de apresentação de logística reversa. Então, desde então, a gente tem a previsibilidade de penalidades, inclusive transformação em pecúnia em alguns casos. Então, essas regras serão aplicadas a partir desse ano, nos próximos ciclos. Então, essa provavelmente será a aplicação das penalidades. Em caso de falência, imagino que isso seja judicializado e, então, determinado via juridicamente quem serão os beneficiários da massa falida, etc. Mas, no âmbito da CETESB, aplica-se a nova Decisão de Diretoria, que é do final do ano passado.

00:41:57 Jônatas Trindade: Você quer falar um pouquinho sobre o trabalho da logística reversa, Cristiano, por favor?

00:42:02 Cristiano Kenji: Bom, primeiramente, bom dia a todos. Em relação à regulamentação da logística reversa, nós fizemos uma tomada de subsídios agora no primeiro semestre, tivemos muitas contribuições. Estamos trabalhando diante dessas sugestões e contribuições para, enfim, ter uma regulamentação. Lembrando que o Estado de São Paulo já aplica a logística reversa com o Licenciamento Ambiental e é muito, vamos dizer, avançado em termos de, comparativamente ao contexto nacional e dos demais estados em relação aos sistemas de logística reversa, e o que a gente está buscando é um aprimoramento. É uma diretriz mais ampla para o Estado com uma política pública estruturada. Observando que nós tivemos, ao longo desse primeiro semestre, outros produtos que a equipe estava trabalhando. Tivemos o lançamento do plano de combate ao lixo no mar, que foi agora em junho. Estamos trabalhando na revisão do Plano Estadual de Resíduos, que deve ser lançado à consulta pública em breve. E a gente espera trazer uma apresentação aqui para o CONSEMA ou em agosto ou setembro. Então, a nossa equipe está dedicada a diversas frentes, mas com certeza agora no segundo semestre a gente vai avançar também nessa regulamentação. É isso. Obrigado.

00:43:26 Jônatas Trindade: Obrigado, Cristiano. E aí eu acho que é importante reforçar, pessoal, que são múltiplas frentes. Não tem rotina no meio ambiente. Então a gente precisa

também contar com o apoio de vocês, realmente para poder endereçar alguns assuntos que são muito caros para a gente. Acho que é geral. A gente tem assuntos, por exemplo, para tratar com a agricultura. Nesta semana nós discutimos um assunto bastante relevante com a SDE, que a gente quer fazer um desenvolvimento também sustentável. Tivemos uma reunião com o João essa semana, que foi uma reunião muito boa de apresentação de oportunidades também para a questão de constituir as cadeias produtivas locais, é porque eu fiquei com a sigla na cabeça. Mas, assim, realmente é buscar essa interação e essa articulação bastante forte para poder fortalecer as agendas. A gente tem que entender que a gente tem um corpo técnico muito qualificado, mas é um corpo técnico que é um número limitado de pessoas. A gente tem uma demanda gigantesca. Por mais que façamos concurso, é isso, as demandas sociais aumentaram muito ao longo dos anos, em especial depois da Constituição Federal de 88. Então, a agenda ambiental foi amplificada ao longo do tempo e os desafios são enormes. A gente precisa desse apoio das prefeituras, a gente precisa do apoio da sociedade civil, precisa do apoio do setor produtivo para ir construindo e melhorando essa agenda. Acho que essa é uma mensagem pessoal que eu gostaria de passar, não só como servidor público, mas pelo tempo que a gente convive com as pessoas e o tanto que a gente vê que as pessoas se envolvem e buscam fazer tudo o que a gente pede. Eu falo o tempo todo, a equipe da SEMIL, a equipe da CETESB, a equipe da Fundação, a equipe do Sistema Ambiental é muito engajada. A equipe da polícia, a gente sempre tem resposta de tudo. Mas é isso, a gente tem um número limitado de pessoas que fazem acontecer. E a gente precisa da ajuda das pessoas também que podem contribuir nesse processo. Eu gostaria de colocar isso porque é isso, acho que a gente tem feito um esforço gigantesco de melhorar essa governança, de ter algo pensado. A secretária cobra muito da gente essa questão de ter uma lógica de política pública que também não dependa somente das pessoas, que dependa de tecnologia, que busque essa inteligência, que busque essas melhorias na forma de atuação para a gente trazer a escala que a gente precisa e trazer essa atuação muito própria nos problemas que a gente tem enfrentado. Pena que o Rodrigo não está aqui, mas a gente está atuando lá no litoral, por exemplo, na contenção de um processo erosivo gigantesco do Melão, que ele chegou a comentar, que aí teve um apoio do SP Águas diretamente, pensando no projeto, pensando na engenharia que seria aplicada lá, numa engenharia que é bastante robusta. A gente espera que esse processo consiga conter o processo erosivo que está acontecendo lá. São várias ações nesse sentido que a gente tem buscado também trabalhar. E aí, concordando muito com a fala da Fernanda, eu acho que é importante ter essa aproximação com a agenda local para fortalecer a agenda local e para que os municípios também se comprometam na busca também, na construção dessas soluções, porque as mudanças climáticas estão aí. A gente tem observado eventos extremos, igual Ribeirão, que foi realmente algo bastante pesado, do ponto de vista do impacto que gerou num momento tão inesperado. Inesperado, é isso. Acho que a gente tem que se preparar para o inesperado. Preparar os municípios para ter uma pronta resposta e para ter uma preparação para ser menos reativo e mais ativo nessa ação. Acho que esse é um papel que a gente tem também deduzido junto com a Defesa Civil, com outros parceiros, com o objetivo de construir essas agendas locais e reforçar o cuidado com as pessoas e com o meio ambiente. E aí reforçar o trabalho da fiscalização, tem sido um trabalho muito forte. Eu estava conversando com o coronel, o tanto que a gente precisa também desse apoio dos municípios para que as operações, os GFIs, a OIDA, funcionem na prática. Porque a gente leva a polícia a campo, leva a CETESB, leva a SEMIL, a fiscalização, leva todo mundo a campo, mas a gente precisa também do apoio local até para poder que a ação aconteça da forma que precisa acontecer. O Ministério Público também tem participado muito, tem nos apoiado e tem funcionado. Eu

acho que o modus operandi já está construído, lógico, sujeito a aperfeiçoamentos, mas a gente sabe que a coisa tem funcionado por uma pronta resposta e uma ação muito próxima que a gente precisa fazer em campo. Em relação ao que a Beatriz colocou, acho que é importante, realmente, a gente está num momento de várias revisões, Beatriz, e tem uma agenda muito forte, em especial no litoral por conta do GERCO. E aí a gente precisa também que haja esse envolvimento das prefeituras, haja o envolvimento do Ministério Público, já tem participado, haja o envolvimento do setor produtivo e da sociedade civil, para que a gente possa fazer a revisão da melhor forma possível, dentro da técnica, dentro do que a gente indica. E a gente tem colocado muita questão também climática, essa lente climática de um olhar muito especial, pelas fragilidades que a gente observa no litoral. Em relação à questão da moção, Fernanda, acho que, por favor, encaminhe para a gente avaliar e a gente submeter em uma próxima reunião. E aí, para reforçar, acho que a gente tem um papel de articulação, mas também um papel de ação. A gente tem feito uma ação muito coordenada, e a gente precisa coordenar cada vez mais com os municípios. A Defesa Civil tem feito um trabalho bastante estruturado de recomposição e estruturação das defesas civis municipais, que a gente tem que ter uma atuação e articulação próxima, inclusive com fornecimento de equipamentos e capacitação, mas a gente precisa ter essa junção, realmente fazer algo que funcione de forma conjunta. Se não houver essa união, a gente sabe que o resultado não vai ser como poderia ser. Mitigando os danos e evitando catástrofes, em especial a questão de morte de pessoas e animais. E aí, reforçar a doutora Tatiana, essa atuação conjunta, doutora Tatiana, eu gostaria de reforçar esses dias todos nessa correria. Os últimos dias têm sido bastante corridos aqui na Secretaria, pelas agendas que a gente tem que tocar, mas reforçar nesse momento a questão da agenda de fauna. Eu tinha pedido, externado a necessidade de fazer reuniões com o Ministério Público. Gostaria de agendar, vou pedir uma reunião com a senhora, com a doutora Alexandra, com os demais promotores que participaram daquele acordo, para que a gente chegue ao final do ano já com as respostas que o Ministério Público espera. E para discutir outras agendas também que eu acho que são importantes, até para que a Secretaria possa mostrar um pouquinho do olhar e do cuidado e da forma como a gente tem conduzido algumas agendas. Eu tenho sentido uma falta de conversar um pouco mais com o Ministério Público para explicar alguns pontos que são importantes e gostaria de colocar, me colocar à disposição e pedir realmente uma agenda, eu vou pedir formalmente uma agenda com o Ministério Público para tratar desses assuntos que são muito importantes para a gente. Então é só para reforçar, explicar que a gente está nesse momento de avanço no cumprimento do acordo e eu gostaria muito de conversar até para poder explicar algumas coisas e explicar o trabalho que está sendo desenvolvido. Era isso.

00:52:11 Naiana Lanza: Perfeito, secretário. Então, aqui só reforçando alguns encaminhamentos do que foi levantado aqui na plenária. Então, Fernanda, por gentileza, se puder mandar para a gente oficialmente o texto da moção para depois a gente apreciar isso no próximo plenário. As demandas também do conselheiro Andrés, a gente vai reforçar isso com a CETESB e passar para eles as demandas aqui que estão pendentes. E nesse sentido, Andrés, fora aquelas mensagens que a gente trocou, se tiver algum outro processo, você também nos atualiza que a gente já faz esse movimento de uma forma única com a CETESB. Então, acho que é isso, só para destacar esses pontos, então nós passamos agora à Ordem do Dia. Então, nosso primeiro ponto de pauta é o Plano de Controle de Poluição Veicular, o PCPV, 2026-2028, que foi elaborado pela CETESB e que vai ser apresentado aqui pelo senhor Carlos Ibsen Vianna Lacava, da Diretoria de Qualidade Ambiental da CETESB. Lacava está por aí? Legal. Lacava, seja bem-vindo ao plenário do CONSEMA. 20 minutos.

Só lembrando, antes dele iniciar, que esse é um tema que passa aqui pelo CONSEMA para a ciência do Conselho, em função da norma federal da resolução CONAMA, que trata do assunto. Então, é um assunto que vem aqui para a ciência dos conselheiros. Por favor, Lacava.

00:53:45 Carlos Ibsen Vianna Lacava (CETESB): Obrigado. Primeiro, bom dia a todos, secretários, conselheiros e demais pessoas que estão aqui participando da reunião do CONSEMA. Primeiro, eu queria... Nós preparamos uma apresentação bastante sucinta, mas, claro, por ser uma área bastante técnica e um assunto bastante específico, muitas vezes a linguagem e a abordagem não é uma coisa tão simples. Então, evidentemente, se houver dúvidas, a gente está aqui para tentar esclarecer. O segundo aspecto, e até desculpar eventualmente por alguma apresentação que não fique totalmente clara. Outra coisa que eu queria reforçar é a equipe que participou da elaboração desse documento. Nós temos na CETESB já um histórico bastante grande de atuação na questão da qualidade do ar, em especial do controle de emissões veiculares, atuando em políticas e influenciando as políticas em diversos níveis, inclusive na política federal, como eu vou mostrar um pouquinho nas nossas propostas de ações. E atuamos na elaboração de inventários, na fiscalização, na homologação de veículos novos. E temos nossos laboratórios também para fazer pesquisa e dar todo o suporte técnico para as políticas em nível estadual e também federal. Bom, só contextualizando a questão do PCPV, ele se tornou, esse plano, ele se tornou um instrumento obrigatório a partir de 2009, com a publicação da Resolução Conama 418, que tornou todos os estados da União obrigatórios elaborar o seu Plano de Controle de Poluição Veicular. O Estado de São Paulo, acredito que seja o único que publicou desde essa data, nosso primeiro plano foi no período de 2011 a 2013, e nós estamos agora submetendo à apreciação do CONSEMA o plano para 2026 a 2028. Evidentemente, esses planos têm uma continuidade, você tem ações novas que estão sendo propostas, mas há uma continuidade de ações que vêm sendo desenvolvidas ao longo de muito tempo. E acho que é importante esse histórico do que vem sendo feito ao longo do tempo para que se tenha uma visão um pouco mais ampla também de tudo que é feito com relação às emissões de veículos, que é um setor que, se a gente pensar do ponto de vista de controle, ele é até bastante pouco regulamentado, principalmente para o veículo em uso. Esse veículo que está em circulação, acho que todos sabem que a gente tem muito pouca fiscalização, de fato, e muito pouca política aplicada diretamente a essa frota em circulação. Mas isso é um desafio, justamente nessa condição, é um desafio de termos políticas negociadas, políticas trabalhadas com parceiros e podendo influenciar também as políticas das esferas federal e municipais. Bom, essa é a frota do Estado, só para passar um panorama. Nós temos no Estado cerca de 15 milhões de veículos em circulação. Essa estimativa é uma estimativa feita pela CETESB, com base numa metodologia própria de inventário, baseado em dados de venda, em dados de curvas de sucateamento, mas é bastante realista comparativamente com a frota de fato que está circulando. Aqui estão os dados da região metropolitana, do município de São Paulo e da região metropolitana de Campinas. No relatório de inventário que a CETESB publica anualmente, tem essa totalização para todas as regiões metropolitanas, para o Estado, por tipologia, categoria de veículo, como está apresentado aqui. Essa é a evolução do consumo de combustível no Estado. A linha azul. É importante esse acompanhamento ao longo dos anos. Nós temos aqui uma série desde 2006. É importante esse acompanhamento para percebermos que, mesmo com toda a mudança tecnológica, com, eventualmente, mudança de modais, que nós temos ao longo do tempo, nós temos ainda, a linha azul de cima, ela representa o total de consumo de combustível no Estado e a gente vê que ainda há um

crescimento. Houve uma pequena redução ali próximo dos anos 2020 por conta da pandemia, mas a curva ainda é crescente. E ela é crescente, inclusive, para, por exemplo, o combustível óleo diesel. Então, ali, a curva vermelha mostra o crescimento do diesel, do consumo de diesel no estado ao longo dos anos. E em 2025 a gente teve o maior consumo dessa série histórica. As linhas verde e azul, elas são espelhadas, é o consumo de etanol e gasolina. Então, o que determina o consumo é prioritariamente a questão de preço, mas evidentemente quando aumenta o consumo de etanol, reduz o da gasolina porque a maior parte da frota é flex. Bom, esse aqui é o resultado do inventário da CETESB com relação às emissões totais de poluentes ao longo dos anos. Então, quando a gente olha aquele último dado lá de 2025, você tem as emissões totais em 2025 dos poluentes, considerando a frota total de veículos que está em circulação nesse ano, e assim sucessivamente, de tal forma que a gente consegue perceber, ao longo dos anos, uma redução consistente para praticamente todos os poluentes, se a gente pegar essa série histórica dos últimos 20 anos. É importante notar nessa curva também, porque a gente, para facilitar, coloca tudo num gráfico só, mas ela não está uma queda linear. Então, vamos pegar aqui a linha de cima, que é o monóxido de carbono, vamos ver que ela começa em 2006 com 658 e termina em 2025 com 276. Ou seja, é menos da metade do que se tinha de emissões para esse poluente em 2006. Um poluente muito importante, essa linha vermelha é o particulado, que começou com 9,4, no caso aí, mil toneladas de poluentes lançados na atmosfera, e em 2025, 2,9. Ou seja, nós estamos falando de menos de um terço do material particulado emitido pelo escapamento de veículos da frota em 20 anos. Então, isso é bastante significativo. E para quem mora na cidade de São Paulo, na grande São Paulo, nesses últimos 30 anos deve perceber, de fato, que a qualidade do ar melhorou e ela é visível. Ela é visível há 30 anos atrás. Um dia como hoje, seco, nesse veranico de inverno, a gente tinha, de fato, de manhã cedo, aquela mancha muito escura. Praticamente, a inversão térmica era perceptível a olho nu. Bom, o reflexo disso, considerando que nós temos uma parcela muito grande dos poluentes na atmosfera de São Paulo relativos a emissões dos veículos, o reflexo disso a gente mostra um pouco nesse gráfico que acompanha, desde os anos 80, o material particulado inalável. Então, a gente vê uma curva muito similar à curva de redução das emissões dos veículos ao longo dos anos. Culminando em 2025 com um valor mais baixo da série histórica, nós tivemos ali um pequeno pico em 2024, mas acho que os senhores lembram que foi a questão principalmente dos incêndios do ano passado, de dois anos atrás, que acabaram afetando muito e elevando os níveis de material particulado na atmosfera, mas existe uma curva bastante consistente de redução das emissões e de melhoria na qualidade do ar. Bom, com relação às fontes, essa é a participação relativa das fontes estimadas pela CETESB para cada um dos poluentes. Então, quando a gente fala de fazer um Plano de Controle de Poluição Veicular, nós estamos falando de tentar controlar essas barras azuis, que são as de emissão direta dos veículos. Ou seja, é aquele poluente que é emitido pelo escapamento do veículo ou eventualmente evaporado diretamente do veículo. Então, para o caso do particulado, por exemplo, a gente tem dois particulados ali, o MP10, que nós chamamos de particulado inalável, porque ele tem um diâmetro de até 10 micrômetros, e o MP2,5, que é ainda mais fino, que tem uma relevância ainda maior do ponto de vista de saúde pública, por penetrar mais profundamente no sistema respiratório e cardiovascular, e tem uma participação em torno de 40% de emissão direta de veículos. Evidentemente que o particulado de veículo hoje é um particulado bastante fino. Digamos assim, nós temos hoje uma tecnologia de controle bastante avançada com relação à queima, à combustão nos motores, mas o particulado fino existe e por isso é importante que as políticas de controle venham sendo e sejam atualizadas ao longo do tempo para ir também acompanhando essa evolução tecnológica das fontes. Bom, especificamente com

relação ao PCPV, então nós temos definidos 17 metas, com indicadores definidos, são ações que eu posso dizer, são ações que demandam principalmente, são capitaneadas pela equipe técnica da SEMIL e CETESB, são focadas principalmente em poluentes regulamentados, ou seja, aqueles poluentes que têm impacto na saúde, de poluentes tóxicos. Quando a gente fala em poluentes causadores de gás de efeito estufa, o PCPV ajuda, mas ele não é o foco principal, porque as políticas estão mais vinculadas aos planos de ações climáticas. Mas nós temos feito um trabalho conjunto para tentar maximizar os ganhos em termos de redução de poluentes causadores de efeito estufa e compatibilizar com a melhoria da qualidade do ar também do ponto de vista dos poluentes tóxicos. Então nós temos algumas propostas para veículos em uso. Muitos dos instrumentos já são aplicados há alguns anos. O caso da fiscalização de veículos, com opacidade, fiscalização com a própria escala de Ringelmann, que continuamos fazendo operações regulares nesse sentido. Fiscalização de Arla, para quem não sabe, é um insumo importante, utilizado num sistema de controle para emissões de NOx. Nós temos campanhas aí, Operação Inverno, já consolidada durante muitos anos, inclusive com muito apoio da Polícia Militar. Nós temos ações de conscientização com parceiros, nós temos entidades do setor de transporte que nos apoiam, que participam junto, inclusive, não só na conscientização de condutores, motoristas, proprietários, mas também fazendo medições e buscando a manutenção desses veículos. Bom, aqui eu queria passar uma mensagem importante com relação ao Proconve. Por quê? Porque talvez a maior parte das pessoas não saibam, mas a principal ferramenta que a gente tem de controle de veículos no país é um programa federal, que se chama Proconve, ele tem até uma vertente específica para motos, chamado Promot. E esse programa é o programa que foi originalmente concebido na CETESB, ainda no final dos anos 80, e que hoje, ainda hoje, tem a CETESB como um agente técnico e o órgão de apoio para o governo federal na implantação dessas fases que vão, ao longo dos anos, reduzindo a emissão dos poluentes. Então, esses gráficos mostram uma figura que é bastante ilustrativa com relação ao avanço dos limites de emissões dos veículos ao longo dos anos. Esse gráfico, na parte inferior esquerda, se refere aos veículos leves, nós estamos falando de veículos de passeio, mas também comerciais leves. E aquela primeira fase L1, que mostra aquele quadrado maior, é justamente o que era permitido emitir a partir de 1991 no eixo vertical, o monóxido de carbono, e no eixo horizontal, os hidrocarbonetos. E assim sucessivamente, hoje nós estamos na fase L8, que é esse quadradinho bem pequenininho azul no canto esquerdo, inferior, que entrou em 2025. Então dá para ter uma ideia do quanto se emitia, o quanto que um veículo daquela fase L1 emitia para esses poluentes e quanto emite hoje um veículo que sai de fábrica da fase L8. No gráfico da direita superior, ali é um similar para veículos pesados, então nós estamos falando de caminhões, ônibus, que tem seu limite também bastante reduzido ao longo dos anos. Para o caso desses veículos, os poluentes principais são o material particulado, que está no eixo vertical, e o NOx no eixo horizontal. Portanto, os veículos vão sendo, tendo seu controle cada vez mais rígido ao longo dos anos, o que faz com que a renovação de frota traga aquele benefício que a gente vê naqueles gráficos. Você está trocando veículos que têm uma emissão muito alta por veículos que têm uma emissão muito baixa. Basicamente, esse é o principal, digamos assim, mecanismo para a gente ter obtido todos aqueles ganhos em termos de melhoria de qualidade do ar ao longo dos anos. Bom, outra ação muito importante que a gente executa também há muitos anos é a questão de fiscalização de poluentes. Então, eu coloquei aqui algumas fotografias só para ilustrar as ações que são feitas. Nós temos a Operação Inverno, essa matéria inclusive foi uma matéria agora desse mês de julho, uma operação que fizemos e costuma sair na mídia, principalmente no interior, sai bastante matérias. Então, só nesse dia, uma grande operação em muitos pontos no Estado, a gente

consegue fiscalizar algo da ordem de 15 mil veículos, com uma escala de Ringelmann. E temos atuações com parceiros. Então, ali na fotografia, uma operação com o pessoal da autoridade portuária, fazendo campanha e fazendo fiscalização com os caminhões no porto. A gente tem operações aqui embaixo com a PRF. Inclusive, essa é uma operação que nós fizemos para dar apoio para eles técnico numa tentativa de fiscalização de ruído de motocicletas. Ali também, fiscalização de arla, o uso do refratômetro para identificar a qualidade do Arla que está sendo utilizado, porque esse é um insumo que frequentemente tem adulterações. Enfim, são vários tipos de campanha. Eu acho que os senhores receberam o plano, ali tem metas de quanto se pretende fazer nesse próximo triênio. Lembrando que nós já estamos, não é porque nós estamos aprovando esse documento agora em julho, que nós ficamos seis meses parados. Na verdade, esse documento já vinha sendo construído e as ações já vinham sendo planejadas e estão sendo executadas ao longo do ano. Bom, ações propostas, a gente tem revisão do PMMVD. Esse programa também é um programa bastante antigo. O PMMVD é um programa que a gente tem já há alguns anos também, com oficinas em que a CETESB tem diversas oficinas cadastradas, esse é o mapa com as oficinas onde elas estão no estado de São Paulo, e todo veículo que é autuado por emissão excessiva de fumaça, ele pode fazer jus a desconto de 70% da multa, desde que ele comprove, com uma medição nessas oficinas, que o veículo foi reparado e não está mais emitindo aquele poluente. Esse é um programa já bastante antigo, a verificação é com base num laudo de opacidade, que é aquele equipamento que está no meio da imagem ali. E esse programa tem uma parceria com as controladoras, basicamente os sindicatos de oficinas, e tem também auditorias independentes para verificação e conformidade do programa. Ali tem um link também onde pode ser acessado informações sobre ele. Outra ação que foi muito importante, principalmente nessa gestão, foi com relação aos laboratórios. O laboratório da CETESB, o laboratório da sede, foi um laboratório extremamente importante, deu a base técnica para a montagem do PROCONVE lá no final dos anos 80. E esse laboratório é importante ainda hoje, porque é praticamente o único laboratório público que nós temos para fazer pesquisa e dar apoio para as políticas de Proconve Promot de forma independente. Esses laboratórios também são referência para os outros laboratórios das demais montadoras e empresas privadas que fazem serviço de homologação de veículos. Então a gente faz ensaios de correlação, participa de ensaios de proficiência de laboratório e fazemos verificações e checagens de ensaios. Ainda hoje a CETESB é quem faz o reconhecimento de todos os laboratórios no país que fazem homologação de veículos para atendimento ao PROCONVE. E nesses laboratórios, então, nós fazemos algumas das ações que estão propostas no plano. Por exemplo, pesquisa e desenvolvimento de procedimentos para novos métodos para identificação de poluentes que hoje não são regulamentados. Vou dar o exemplo aqui da amônia, dos aldeídos, no Arla 32, que são poluentes que não têm a sua regulamentação ainda muito clara no Proconve, mas que podem, lá na frente, se eles começarem a identificar como um problema ambiental relevante, passem a ter esse controle. Assim como a gente tem alguns equipamentos, está colocado aí a questão do estudo para o OBD, que é o que a gente chama de on-board diagnosis, que é basicamente o computador que você tem no carro que diz onde está tendo problema naquele veículo. E você poder, a partir desse instrumento em campo, poder identificar que o veículo está com problema de manutenção, assim como contagem de partículas, que é um parâmetro hoje também exigido no PROCONVE para a emissão de particulado, que no passado era só basicamente uma emissão em massa, digamos assim, e hoje você conta o número de partículas, porque a tendência é que as partículas sejam cada vez mais finas. Uma outra ação também dessa gestão, que iniciou inclusive esse ano, foi a criação da Câmara Ambiental dos Transportes. Então, nós criamos

uma Câmara para discutir com o setor, nós temos sindicatos e federações ligadas ao setor de transporte, ao setor de reparação, também os sindicatos de oficinas, temos a Artesp participando da Câmara, e, de fato, a gente pretende ampliar programas e, digamos, ações compartilhadas e acordadas no âmbito dessa Câmara Ambiental, assim como, eventualmente, uma evolução com relação às estratégias de controle. Algo também que a gente tem feito já com alguma frequência, capacitação, capacitação de municípios, capacitação de empresas para participação do PMMVD, capacitação de auditores. E, por fim, recomendações para redução de emissões de caráter geral. Porque, é claro, esse é um programa que está muito centrado nas ações da SEMIL e CETESB. Então, vocês não vão encontrar nesse plano ações do tipo, programas e ações que incentivem o uso de bicicleta, porque nós não temos gestão sobre as ciclovias, por exemplo, que são gerenciadas pela prefeitura, mas a gente dá esse apoio técnico, se necessário, seja na estimativa de emissão de poluentes, seja no apoio com relação aos diversos aspectos relacionados aos benefícios com relação às emissões. Aqui só uma imagem com relação aos laboratórios. Nós temos dois laboratórios operantes, um que hoje está em capacidade plena, operando em São Bernardo do Campo, que faz ensaios para veículos em chassi, diesel. Então, assim, pode fazer medidas em caminhonetes, picapes, vans, pequenos veículos diesel. E um outro dinamômetro para motor. Esse sim para motores maiores que equipam caminhões, máquinas agrícolas e ônibus. Enfim, então esse laboratório está em plena capacidade, inclusive não só cumprindo as funções, digamos assim, de natureza mais pública, mas também prestando serviço para terceiros. Hoje nós temos uma demanda bastante grande de homologação de motores no país, então esse laboratório também está prestando serviço para terceiros. E temos um laboratório na sede aqui para Veículo Otos, que está passando por um processo de modernização para atendimento àquelas tecnologias da fase que a gente viu ali, que começaram em 2025. Esse investimento foi feito e esse laboratório, a partir do ano que vem, deve estar apto também para realizar esses ensaios mais modernos. Ressaltando que nós estamos num momento, do ponto de vista de mobilidade, um momento em que a gente tem muita tecnologia, nós temos muitos veículos com muitos combustíveis diferentes, com muitas tecnologias que estão aparecendo todo dia. E é muito importante que a gente consiga produzir esses ensaios, que a gente consiga produzir qual é a resposta para cada uma dessas tecnologias, principalmente em termos de poluentes tóxicos. Porque não adianta a gente ter tecnologias que só reduzam a emissão de gás de efeito estufa e que a gente perca todos os benefícios que a gente vem trazendo ao longo dos anos em termos de qualidade do ar. Então, essa compatibilização é muito importante e é importante que esses laboratórios estejam também aptos a poder fazer todos esses testes, dar o apoio não só para as políticas de Estado, mas inclusive apoio para as políticas em nível federal. Para finalizar, como acompanha esse programa? Nós temos um... Todas as ações, elas são acompanhadas numa planilha que está disponível na internet. Essa aqui é a planilha que a gente teve do PCPV 2023-2025. Eu peguei só um extrato, porque é uma tabela muito grande para apresentar aqui. E a gente vai fazer, a partir dessa submissão aqui ao CONSEMA, vamos estar acompanhando as ações e disponibilizando o andamento de todos esses programas e ações ao longo desse triênio. Tá bom? Estou à disposição. Obrigado pela atenção.

01:19:58 Naiana Lanza: Obrigada, Lacava. Então, agora nós passamos para os comentários dos conselheiros. Então, temos aqui inscritos já o Manara, Victorino, Leduc, e online não temos nenhum inscrito, por enquanto. Então, Manara, pode puxar a fila.

01:20:18 Marcelo Manara: Obrigado, Naiana. Parabenizar o Lacava e a toda a equipe. A gente acompanha de longa data essa jornada de aperfeiçoamento de um sistema exitoso, extremamente necessário. Aí eu faço também menção ao importante legado de Paulo Saldiva nesta pauta, Instituto Saúde e Sustentabilidade, hoje Instituto Ar, Angelina Romitaki (01:20:46) todos que sempre trouxeram essa importante pauta para a gestão de cidades. Lacava, algumas dúvidas: Primeiro, também fazer uma referência que eu estive há pouco visitando o Laboratório de Desenvolvimento Tecnológico da Petrobras e também com relativo atraso, mas importantíssimo, o aperfeiçoamento da oferta de combustíveis de qualidade para o mercado interno. Porque sempre era um desenvolvimento tecnológico para o mercado externo, o mercado interno ficava com o que restava de pior, principalmente na questão do diesel, e também por força de regramentos do CONAMA e exigências e prazos e tal. Mas é impressionante, um grande orgulho, o laboratório de desenvolvimento tecnológico da Petrobras e também essa jornada que se transformou numa corrida pelo combustível também de aviação, pelo SAF, que também vai ter um efeito muito importante em nível global na redução das emissões. Mas, primeiro me surpreendeu o número de caminhões elétricos. Me pareceu um número, inclusive, quase duas vezes maior pelo número que apareceu aí, do que os caminhões a diesel. 400 mil caminhões elétricos estavam naquela planilha lá, e 270 mil caminhões, eu entendi, não sei se eu ouvi errado. Considerando também o investimento em frota dos ônibus, São José dos Campos tem acompanhado isso, o prefeito Anderson já anunciou a conversão total para 430 ônibus elétricos, já iniciou essa conversão de 350 ônibus a diesel para 430 ônibus elétricos. Então, a minha primeira questão é essa: a composição de, não sei, o meu zóio é ruim para enxergar, mas aí, caminhões elétricos, 400 e tantos mil, a frota do estado de São Paulo, não disponível no município de São Paulo. Mas me surpreendeu esse número, considerando caminhões e a conversão do transporte público, que aqui também a Prefeitura de São Paulo tem investido pesado nisso, qual a expectativa de vocês em termos da melhoria desses parâmetros, considerando que essas principais fontes da emissão do diesel, a tendência é diminuir ao longo do tempo, penso eu. Mas, só para finalizar, eu não vi, e eu tenho recebido em São José dos Campos, no Parque Tecnológico, algumas empresas, startups, que têm oferecido sistemas de monitoramento em tempo real de emissões viário para as cidades. Estamos negociando, inclusive, em São José dos Campos, a aplicação de um projeto piloto na região central, em que, através da tecnologia oferecida por eles, você tem condição, em tempo real, de colocar, inclusive, acessível à população que opta por determinados roteiros em razão da concentração de poluentes daquela via em tempo real. E eu não vi alguma menção a esse tipo de apoio ao desenvolvimento tecnológico para que as cidades tenham condição de monitoramento em tempo real do seu viário, haja vista que já tem essa tecnologia. Obrigado.

01:24:30 Carlos Ibsen Vianna Lacava: Obrigado, conselheiro. Primeiro, com relação a esse número, esse número de fato está errado. O responsável pelo inventário está aqui, não é erro dele, provavelmente foi eu na hora que transcrevi para a tabela. Não sei dizer qual é esse número, mas esse número está errado, é muito pequeno, é muito pequeno. Caminhões elétricos são muito poucos, então de cara já vou dizer que esse número de fato está errado, obrigado pela referência, Manara. Com relação a questão dessas tecnologias de medição em via. O que acontece? A gente sabe que existe isso, inclusive ontem eu estava conversando sobre uma startup que tem feito isso, de tentar fazer essa estimativa de emissões em via. O problema de quando você faz um monitoramento de um determinado parâmetro, principalmente quando a gente fala em política pública, é o que eu consigo fazer a partir daquela informação. Então, quando eu faço, por exemplo, uma contagem de veículos que

passam numa determinada via, eu consigo, já hoje, a partir de uma contagem de veículo, pegar o perfil daqueles veículos e determinar mais ou menos quanto eu tenho de emissão naquela via, sem fazer uma medição direta. Eu consigo ter, se eu imaginar que a minha intervenção vai ser no sentido de reduzir a emissão daquela via. Então, eu consigo fazer a partir disso, eu não preciso sequer fazer uma medição da via, porque eu consigo fazer uma contagem de veículos e eu consigo ter, a partir dos fatores de emissão, uma estimativa de quanto impacta aquela via naquele procedimento. Outra questão é você medir o poluente do próprio veículo que passa. Então, existe também hoje tecnologia para isso, para você medir, mas a questão, inclusive a CETESB, há coisa de dois anos atrás, fez uma parceria com o ICCT, que é uma ONG internacional relacionada à questão de qualidade do ar, e nós vimos que tem uma ferramenta bastante efetiva, inclusive, para você pegar. A questão é, como eu aplico essa ferramenta dentro de uma política pública? Porque eu preciso identificar o poluidor, mas eu preciso imaginar que eu tenho uma política própria para conduzir ele para que ele possa reparar, por exemplo, um veículo em má condição de manutenção. Ou, se aquele veículo está em boa condição, mas aquela somatória de veículos, ainda que estejam em uma manutenção boa, como é que eu faço para reduzir aquele hotspot de poluição naquela determinada via? Então, isso tudo é interessante, é bastante importante que avance, mas você precisa ter uma política vinculada, de fato, para você determinar o objetivo pelo qual você está fazendo aquele monitoramento. Mas a gente, enquanto CETESB, a gente tem acompanhado as tecnologias que têm sendo desenvolvidas no mundo, inclusive em termos de controle nos diversos locais do mundo, para a gente tentar, de fato, ter ferramentas que deem apoio para as prefeituras, mesmo para o Estado, fazer essa gestão, digamos assim, da mobilidade urbana de menor impacto. Não sei se eu respondi.

01:27:56 Naiana Lanza: Obrigada, Lacava. Aqui, o próximo é o conselheiro Victorino, por gentileza.

01:28:03 Eduardo Victorino: Parabéns pela apresentação. Você vê, lá em Mairiporã, a gente começou a fazer aquele programa de controle da nossa frota. Sabe aquelas cartelinhas que você coloca no escapamento lá? E foi mó barato, foi mó farra, né? Que a gente viu que está com um monte de coisa para arrumar, né? Então veja como é importante isso. Mas já começamos a fazer a lição de casa nossa lá. Aí eu tenho uma pergunta: as prefeituras, que a gente sempre fala, o tema é que tudo acontece lá, tem como fazer esse tipo de trabalho, não só a CETESB, mas o nosso grupo de trânsito, tem como fazer esse trabalho? Porque Mairiporã tem uma especificidade, tem a SP23 que cruza Mariporã, que chega na Fernão Dias, é caminhão para todo lado. E talvez fosse interessante que nós pudéssemos ter também essa condição de fazer esse tipo de avaliação. Além dessa, que nós começamos já com a frota do nosso pessoal lá. E tudo é muita novidade. A gente começa a fazer, o pessoal depois se engaja e começa a fazer a coisa acontecer. E aí, isso é uma pergunta. E uma curiosidade aqui, desculpa se eu ouvi mal, talvez eu tenha escutado mal. Você falou que vocês medem o som do escapamento da moto? É isso ou eu escutei mal aqui? Se for isso, você faz o quê? Ou não, eu escutei mal? Você mede o som que você viu lá, que tem lá o ruído da moto, você mede o ruído da moto ou não?

01:29:33 Carlos Ibsen Vianna Lacava: É possível medir o ruído da moto.

01:29:35 Eduardo Victorino: Tá, depois você me fala o que você faz com essa informação, porque isso é importante. Porque a moto faz um barulho dos infernos e a gente não sabe o que fazer com isso, né? Mas é só... Então eu ouvi bem, né? Obrigado.

01:29:48 Carlos Ibsen Vianna Lacava: Essa é uma questão bastante complexa, essa questão do ruído das motos.

01:29:48 Eduardo Missaka (CREA): Parabéns pela apresentação, Lacava. Primeiro, uma observação: essa diminuição ao longo dos anos, ela está intimamente ligada ao desenvolvimento da qualidade, ou seja, tecnológica dos motores. Então, o fabricante tem uma parcela grande para isso. E eu poderia afirmar assim, olha, carro novo, polui menos que carro velho. Alguns anos atrás, existia uma obrigatoriedade de você fazer uma vistoria, se não me engano. Para que o carro fosse licenciado, você tinha que ir lá no centro, acho que era o Controlar, e eles mediam, inclusive, a qualidade do gás de escapamento, e se não passasse, eu acho que não conseguiria licenciar. Será que isso também não seria um dispositivo importante para você diminuir a poluição atmosférica? Basicamente era isso.

01:30:53 Carlos Ibsen Vianna Lacava: Obrigado. Bom, vou começar pela questão dos municípios. Acho que a pergunta é muito importante e existe, sim, bastante coisa que pode ser feita pelos municípios. Então, sim, vou dar o exemplo. Inclusive, depois vai ter uma apresentação do programa Município Verde Azul, em que tem algumas diretivas com relação à qualidade do ar, com relação à gestão de frotas municipais. Então, isso é muito importante. Então, por exemplo, você pega uma cidade como São Paulo, que tem uma frota de ônibus gigantesca. É muito importante que você tenha, nesses contratos com essas empresas concessionárias, e, eventualmente, até se possível, com empresas permissionárias, que você tenha exigências de inspeção dos veículos. Então, ainda que não existam programas de inspeção universais implantados, você pode pegar frotas específicas que tenham um impacto do ponto de vista de emissão alto, porque são veículos que rodam muito dentro do espaço urbano, e você exigir que se faça a inspeção, por exemplo, com um opacímetro, com uma frequência semestral, o ideal é que seria até semestral, mas que seja anual, pelo menos, você tenha algum acompanhamento. Então, isso é plenamente factível. Nós tivemos exemplos, inclusive, na Prefeitura de Sorocaba, em que a Prefeitura era um dos órgãos vinculados ao PMMVD. Então, a prefeitura fazia as medições, e as medições que eles faziam de opacidade nos veículos, eles podiam, inclusive, fazer desconto de multa dos veículos que tivessem sido autuados pela CETESB, por exemplo. Então, isso é bastante importante. As prefeituras podem, sem falar que a prefeitura pode criar uma legislação específica ambiental para também fazer um controle, digamos assim, adicional ao que é feito pelo órgão ambiental estadual. Outra questão é o ruído. O ruído é uma questão bastante complexa, porque ainda não existe, do ponto de vista ambiental, uma legislação para fiscalização. Não tem na legislação estadual. E a fiscalização que a gente tem hoje regulamentada, ela é voltada para a legislação de trânsito. Só que o método não é um método tão simples, exige parada da motocicleta. Então, ele não é uma coisa que você consegue aplicar de forma tão universal e tão fácil. E o próprio enquadramento, só para, aqui vou fazer muito mais a título de curiosidade, mas a polícia estava utilizando um enquadramento em determinadas situações, que é a retirada, porque hoje o que acontece com as motocicletas que elas ficam tão ruidosas: na maior parte das vezes, o próprio proprietário vai lá e retira o silencioso da moto, porque ele gosta do barulho. E aí, quando ele retira o silencioso da moto, ele retira também o equipamento de controle de emissões da moto. Então, isso do ponto de vista de trânsito é

proibido, porque você não pode adulterar os itens originais do veículo. Então, isso pode acarretar uma multa e pode ter uma multa do ponto de vista de trânsito de enquadramento. Mas esse é um desafio, eu vou considerar essa questão do ruído, porque no ambiente urbano, o ruído é muito difícil de você detectar exatamente qual é a fonte daquele ruído para você fazer uma medição pontual e dizer, olha, isso aqui é X decibéis, é dessa moto, num ambiente e num lugar de passagem. Mas nós estamos, de fato, pesquisando isso já, algumas ferramentas internacionalmente, e a gente vai ver como é que a gente consegue avançar nessa questão. Por fim, a questão do combustível. Então, a Controlar era um programa de inspeção, esse programa de inspeção ambiental foi feito só na cidade de São Paulo, existiu também no estado do Rio de Janeiro, com uma característica talvez um pouco diferente. E ele vem, toda essa regulamentação, vem dessa Resolução 418 do CONAMA, que eu comentei no início da apresentação, que criou, inclusive, o PCPV, ou que, pelo menos, criou a exigência do PCPV, ainda que ele já tivesse uma citação anterior. Essa resolução hoje está em revisão no governo federal. E uma das razões é porque os métodos também estão defasados. Então, hoje, se fosse fazer a Controlar, teria que fazer de forma diferente. Porque naquela época, isso foi inclusive até o final de 2010 ou 2011, naquela época nós não tínhamos aquelas fases P7, P8 de veículos pesados, por exemplo. Então, o próprio uso do Arla não existia na época. Então, você teria que fazer também uma atualização do ponto de vista metodológico. Enfim, de qualquer forma, isso está sendo revisto no nível federal para ver como é que isso pode ser aplicado, se é que vai ser aplicado, e certamente usando tecnologias disponíveis hoje mais avançadas do que a gente tinha na época. Não sei se eu respondi.

01:36:20 Naiana Lanza: Obrigada, Lacava. Temos mais dois inscritos. Na sequência, o conselheiro Eduardo Leduc. E depois online o conselheiro Sanseverino.

01:36:29 Eduardo Leduc (Associação Cunhambebe da Ilha Anchieta): Bom dia a todos. Quero parabenizar também a apresentação, estudo de longa data com continuidade e critérios, isso é muito bacana. E com certeza, se a gente tivesse, eu não vi aí uma estatística dessas emissões dividido pelo número da frota, do avanço da frota por veículo, eu acredito que os resultados seriam muito interessantes, que houve um grande aumento de veículos, não só motos, e os híbridos, ou flex, desculpa, os elétricos, ainda não chega a 10%. Então a gente fala, é bacana, é o elétrico que está fazendo isso. Não é. No momento ainda não. Nós temos a tecnologia dos veículos e nós temos o quê? O que o Estado tem que fazer, e está anunciado vários investimentos em rodovias e infraestrutura, porque a rodovia alivia o tempo, reduz o tempo de emissões e então ela reduz muito. O aumento de infraestrutura logística, seja de transporte de pessoas ou veículos, é um investimento ambiental, não é só de mobilidade. Eu acho que é muito bacana ver isso daí, acho que com os próximos investimentos vai ser melhor ainda. O tema que eu gostaria de trazer, eu acho que nós temos pessoas da Fiesp aqui, tem pessoas da agricultura que fazem parte desse grupo, é que o etanol fica uma coisa não valorizada. Nós estamos partindo para as frotas de ônibus, uma dependência de elétricos, que não é tecnologia nacional, é uma dependência de importação, e prejudicando a longo prazo o setor sucroalcooleiro, que está aqui no Estado produzindo tecnologia brasileira, produz no interior de São Paulo, é quase um combustível de economia circular, em emissões é muito parecido ao elétrico, principalmente quando a gente olha em sustentabilidade. Porque a gente fala em emissões como se o CO2 fosse o símbolo de sustentabilidade. Não é, ele é só um indicador. Sustentabilidade passa pelo pilar socioambiental. Olha o que gera de trabalho, emprego, tecnologia, pesquisa, o etanol no

Brasil. E a gente fica apoiando uma coisa que não é nossa para gerar um resultado parecido e criar uma dependência. Então, eu fico preocupado de não ver o mesmo trabalho nas cidades e nas frotas, e só pensando no veículo elétrico e não no etanol, ou o híbrido flex com etanol, que esse seria, então, você tem a flexibilidade, você tem a redução de emissões e você está investindo em tecnologia made in Brasil. Então, eu acredito que a gente não está olhando para o setor produtivo, a gente está olhando só no fator de índice de CO2, que o mundo inteiro ficou olhando nos últimos anos só CO2. A gente está prejudicando, ainda mais com a oferta de etanol de milho, que vai aumentar substancialmente, e a gente vai ter mais oferta de etanol. Então, eu não vejo como sustentável a gente não olhar para o etanol, principalmente no estado de São Paulo. E como vocês estão num grupo que vão fazer recomendações, eu vi o trabalho de vocês e está claro, medidas, emissões, está tudo certo, não é crítica ao estudo não, mas vocês participam dos grupos que vão fazer recomendações, a minha sugestão era fazer essas recomendações com olhar de sustentabilidade, não só de emissões. Eu acho que nós estamos dando, de novo, não respeitando o setor produtivo do Estado de São Paulo, ele anda só desta forma. Obrigado.

01:40:15 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Na sequência, então, a gente tem...

01:40:18 Marcelo Manara: Naiana, só complementar, tecnologia brasileira e Joseense, o motor a álcool.

01:40:23 Naiana Lanza: Nós temos mais dois inscritos, um online e o Ricardo Rosário, que pediu para falar. Lacava, eu vou pedir para todo mundo se manifestar e você faz os comentários em cima, pode ser?

01:40:37 Carlos Ibsen Vianna Lacava: Pode, só queria ilustrar aqui para o conselheiro que ele comentou com relação à participação dos veículos por ano. Essa aqui é uma figura que é uma figura produto, digamos assim, do inventário da CETESB. Esse inventário está disponível na CETESB, é um relatório, chama Relatório de Emissões Veiculares do Estado de São Paulo. Mas só para ilustrar, aqui nós estamos falando dos automóveis, veículos leves para os veículos pesados é até pior, porque a idade média dos pesados é mais alta. Mas isso aqui representa bem. Ou seja, nós temos 1,2 milhões de veículos com mais de 20 anos que emitem 27% dos poluentes. E nós temos 1,6 milhões de veículos que têm até três anos de idade que emitem somente 4% dos poluentes. Então, isso é evidente que a gente está retirando, isso aqui está caindo aos poucos, a gente retirando isso aqui, a gente vai tendo um ganho efetivo muito maior, mesmo com a entrada de veículos mais novos.

01:41:41 Naiana Lanza: Legal, é bacana esse gráfico, Lacava. Então, eu vou chamar o conselheiro Sanseverino, que está online, e na sequência o Ricardo Rosário. Sanseverino, por favor.

01:41:51 Carlos Sanseverino (OAB): Muito bem, bom dia a todos, bom dia secretário, secretária executiva do CONSEMA, mesa diretora, senhores conselheiros. Passando para saudar a todos, cumprimentar o senhor Lacava pela brilhante exposição, também os conselheiros que se manifestaram, como o Manara e outros tantos. Eu acho que essa conversa com o maior conselho ambiental do país é de absoluta relevância para que a gente possa oferecer as contribuições e é isso que se espera que os conselheiros façam. Então eu gostaria, senhor Lacava, de aqui fazer uma remissão. Eu frequento o Conselho desde 2003,

são 23 anos que eu tenho estado, ora como titular, ora como suplente, ora voltando e indo, e vejo que estudos como aqueles que foram feitos lá nos anos 2000, pelo professor Saldiva, e também essa questão do que vem ocorrendo com a transição energética, que foi aqui objeto de destaque, os jornais de hoje remontam que o Brasil é o maior consumidor de carros chineses do mundo. Eu não vou aqui entrar no reflexo do que isso significa para a indústria nacional ou até mesmo para o mercado de automóveis, mas a nossa conversa é entender se o relatório, se o estudo que foi feito de mobilidade urbana em algum momento contemplou produtos como o Cidade 15 Minutos, até porque a gente sabe que a velocidade com que se cresce a demanda de automóveis, ela não guarda nenhuma relação com o planejamento urbano. Então, nós temos hoje um estresse logístico, tanto na cidade de São Paulo, quanto nas suas principais artérias que ligam com o interior. O governo do estado esta semana anunciou a suspensão do sistema FlyFlow, no já estressado aparelho logístico Imigrantes-Anchieta. Nós estamos tendo uma velocidade média aos finais de semana de 12 a 15 quilômetros pelo estresse com caminhões pelas super safras. Também não entendemos, até seria bom uma palavra para entender por que houve essa suspensão. Em decorrência da ausência de uma interlocução mais fina entre o governo e o município de São Paulo com o prefeito, a gente ainda encontra questões de racismo ambiental, quer dizer, os ônibus elétricos que funcionam na Paulista não são os mesmos aparelhos usados nos rincões de Parelheiros, extrema zona leste, zona norte. Nós temos concessão de partes que estão sendo questionadas pelo Ministério Público na Justiça, que promovem festivais e os parques hoje já não têm a mesma utilidade, ao contrário, nós estamos tendo eventos gigantes que estão produzindo também um estresse logístico. E esse crescimento desordenado acaba trazendo que medidas como essa, do importante trabalho que o doutor Lacava traz aqui, deveriam ter uma conversa e interlocução com a sociedade, mesmo com o município, de rigor para que a gente possa ter efetivo compromisso. Então, fica a nossa sugestão, eu até gostaria de solicitar a secretária e ao secretário, conforme já solicitei algumas vezes, para que nós tivéssemos uma maneira mais uníssona, que finalmente o CONSEMA mantivesse o seu WhatsApp para os conselheiros, como já tem o Conselho Municipal do Meio Ambiente, porque é ali que nós poderemos alimentar notícias, informações e poderemos circular material como esse e mesmo haver as contribuições para nós não ficarmos somente aqui no eixo de uma conversa numa manhã e que, obviamente, as contribuições ficam lançadas, os questionamentos ficam provocados, mas para haver efetividade, para que a gente possa sair da linha argumentativa, eu faço mais uma vez o apelo de que esse material seja divulgado, mas que também a gente tenha um elemento de comunicação, porque eu gostaria de ter uma estreita comunicação com os conselheiros dessa casa, não só no eixo da reunião. Essas nossas modestas contribuições, sempre com o objetivo absolutamente republicano, saudável, democrático, de contribuir para o debate saudável, para que a gente possa ter crescimento sustentável com a contribuição perene entre o governo do Estado, o município e a sociedade civil. Muito obrigado pelo espaço.

01:46:43 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Na sequência, o conselheiro Ricardo Rosário, depois eu faço os comentários.

01:46:53 Ricardo Rosário (SAA): Bom dia a todos. Cumprimento a todos em nome do secretário Jônatas. Lacava, parabéns pela apresentação. Eu tive o prazer de visitar o laboratório de vocês, acho que um mês atrás, mais ou menos, ou pouco. Conheço a atividade de vocês, sei da importância. O conselheiro Leduc falou das questões do agro, né, Leduc? Eu acho que, apesar das informações do conselheiro Sanseverino, do Estado ser o maior

comprador de carros chineses, a gente, no âmbito estadual, já tem verificado isso, da importância do etanol e até mudado políticas de incentivos fiscais, não mais para os carros elétricos, mas para os carros híbridos, especialmente, eu brinco aqui, o tri híbrido, o etanol, gasolina e o elétrico, como agora você tem os carros da Toyota, por exemplo, o Yaris Cross, Corolla Cross, são nesse sentido. E aí também queria ressaltar uma outra política para a gente pensar e incentivar aqui, pensando na CETESB principalmente, é do biometano. Esse é um outro combustível que pode ser usado por nós. A Toyota já tem uma Hilux a biometano em testes, mas no mundo afora a gente tem o uso de biometano como combustível muito mais sustentável. Conselheiro Felipe, totalmente vindo também do setor principalmente sucroenergético, mas a gente, na verdade, qualquer propriedade do agro pode produzir biometano, não sei se todo mundo conhece, mas na USP a gente tem uma planta de biometano lá, onde a gente pode abastecer lá dentro, e isso tem que ser replicado pensando nas emissões, e que a gente tem olhado bem pouco também. Obrigado, Naiana.

01:48:38 Naiana Lanza: Obrigada, Lacava. Por favor, Lacava, agora se quiser fazer os seus comentários em relação aos finais, enfim.

01:48:46 Carlos Ibsen Vianna Lacava: Eu vou fazer um comentário, eu não me sinto nem capaz e com competência para discutir aspectos relacionados para onde o Estado deve avançar com relação à energia e tecnologias. O que eu acho que é importante ressaltar, e acho que isso é talvez o principal fator de sucesso da política de controle de poluentes tóxicos é que sempre nos importou o quanto de poluição que vai ser emitida. Então, você estabelece limites de emissão para dizer, olha, eu quero que o veículo emita a X. A tecnologia é a tecnologia que o mercado oferece. Então, digamos assim, as políticas de controle de veículos sempre foram neutras do ponto de vista de tecnologia embarcada e de combustíveis. A atenção que a gente tem que ter é garantir que aquelas emissões sejam contempladas no nível que avança, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Então, essa é a preocupação que a gente tem e que venham tecnologias melhores, mais limpas e mais sustentáveis. Obrigado.

01:50:01 Naiana Lanza: Obrigada, Lacava. Eu vou fazer só um pequeno comentário em relação ao que o conselheiro Sanseverino trouxe em relação ao grupo do WhatsApp, eu já vou aqui falar que realmente é culpa minha, viu, Sanseverino, não conseguir fazer o trâmite do processo, já estou aqui assumindo publicamente, mas o Jônatas aqui já falou para a gente acelerar isso e vamos buscar apoio da Secretaria mas, acho que de uma forma alternativa, o que eu queria sugerir aqui até avaliar junto com o plenário, é que a gente compartilhe o contato dos conselheiros com todos vocês, porque isso já estimula essa questão do contato entre vocês e não fica na dependência exclusiva do WhatsApp institucional do Conselho. Então, se todos estiverem de acordo, a gente faz esse encaminhamento, terminando aqui a reunião, a gente faz esse compartilhamento tanto dos telefones quanto dos e-mails e aí, inclusive, vocês podem montar os grupos de WhatsApp para fazer as conversas que forem necessárias. É um grupo. Eu estou dizendo assim, que tem uma forma não institucional de se fazer isso, até que o WhatsApp institucional esteja vigente, acho que seria um pouco isso. Jônatas.

01:51:17 Jônatas Trindade: Bom, só para fazer um comentário rápido. Agradecer o Lacava e a equipe. Gostaria de uma salva de palmas para essa equipe da CETESB. Dá muito orgulho trabalhar com essa equipe, pessoal. É muito bom você ver uma qualidade, uma discussão técnica qualificada. Eles são muito preparados para o que fazem. Eu gostaria de falar

nominalmente o Lacava, que fez a apresentação, Maria Helena, o Cerpa, o Marcelo, o Borsari. É uma equipe de muito valor e que a gente tem tido uma interação muito profícua no sentido de realmente buscar soluções. A gente tem um trabalho com o IPT também, que a gente tem buscado alternativas na discussão que o Eduardo trouxe da questão da inspeção veicular, que é algo que é um desafio, mas que a gente sabe que a CETESB tem sido ponta de lança no sentido de indução da melhoria da qualidade dos veículos por meio do Proconve e Promot, que São Paulo, por meio da CETESB, tem sido o grande de toda essa melhoria e dessa avaliação junto com o IBAMA, logicamente, que é o responsável pela política, mas a CETESB, tecnicamente, tem contribuído muito na construção também das resoluções, especial do CONAMA. E eu acho que é isso, a gente consegue imprimir essa melhoria que a gente tem observado pelos resultados alcançados, e aí tem uma questão tecnológica, de limitações tecnológicas ou de avanço tecnológico também, que faz parte desse processo. A questão também do uso de combustíveis melhores, a melhoria da qualidade do combustível, faz parte desse processo por uma cobrança da sociedade, uma cobrança também dos órgãos de controle na melhoria também dos veículos. E eu acho que é isso. É uma política pública muito estruturada aqui no Estado, que contempla outros programas que compõem essa grande vertente de qualidade ambiental do ar, que tem a CETESB também como responsável pelo monitoramento da qualidade do ar também, e que a gente consegue chegar no resultado que tem alcançado. Então, isso é um trabalho de muitos anos, como vocês viram. Não é um trabalho que foi iniciado hoje nem ontem, é um trabalho que tem uma continuidade, tem um compromisso também da CETESB e do Estado de São Paulo de avanço acho que é isso, essa é a importância e a importância desses técnicos dessa equipe tão maravilhosa no sentido de realmente conseguir induzir esse processo de melhoria constante, contínua que eu observo muito claro nessa apresentação. E aí, falar que é isso, acho que é um agradecimento, a gente tem alguns desafios postos, a gente tem feito uma discussão, eles fazem, eu participo, eu provoco, mas eu falo que eu sou o pitaqueiro, o pitaqueiro que não conhece a fundo, não tem essa capacidade, eu não estou preparado para discutir tão profundamente com eles, mas pelo menos eu gosto de estar junto e participar. Eu acho que é super relevante entender e tentar mostrar um pouquinho do que é feito pela CETESB. Eu acho que a gente tem que mostrar o que tem sido feito, não como propaganda, mas para mostrar a seriedade do trabalho que é feito. Eu acho que é nesse sentido que eu gostaria de agradecer mais uma vez a participação da equipe para poder fazer essa apresentação, e falar, né, Liv, que a gente tem um caminho de melhoria da qualidade ambiental na prática, provocada muito pela CETESB. Isso aí eu não tenho dúvida disso. Eu acho que a sociedade tem que entender o papel da CETESB como grande indutora, logicamente com a Secretaria, com o Sistema Ambiental, com a participação desse conselho também, na construção dessa melhoria da qualidade ambiental ao longo do tempo. Acho que é isso que é o recado para falar o tanto que eu fico feliz de eu fazer parte e poder contribuir, ou pelo menos não atrapalhar com que as coisas aconteçam da melhor forma possível. E a gente tem visto isso de uma forma muito clara e com algo que está sendo planejado e sempre olhando para frente, não é algo que está estático. A CETESB tem esse olhar e tem essa visão de realmente enxergar que a gente vai chegar em uma qualidade do ar melhor daqui a um tempo com a implementação das diversas fases do Promot, do Proconve, com tudo que tem sido feito, com as outras medidas, inclusive a questão da fiscalização. E aí eu posso relatar que recentemente a CETESB fez um esforço muito forte de fiscalização, uma ação muito forte, são ações que têm um caráter também educativo e um caráter orientador para o cidadão que tem que realmente andar com o carro revisado para que realmente polua menos, porque a

gente sabe também que afeta a qualidade de vida da gente, afeta a saúde das pessoas, afeta o meio ambiente. Então era isso. Obrigado, Lacava.

01:56:38 Carlos Ibsen Vianna Lacava: Obrigado, nosso secretário, pelas palavras e pelo apoio todo que tem dado para a equipe. Obrigado.

01:56:46 Naiana Lanza: Obrigada, pessoal. Uma salva de palmas, então. Bom, seguimos, então, na nossa Ordem do Dia com o nosso segundo ponto de pauta, que é o programa Município Verde Azul, programa já conhecido por muitos. Então, eu convido a senhora Maria Tereza Mansor e Fernanda Reis Neves, da Diretoria de Planejamento Ambiental, que farão a apresentação em dupla. Sejam bem-vindas ao plenário do CONSEMA, meninas.

01:57:26 Fernanda Reis Neves (DPLA): Bom dia a todos. Eu sou a Fernanda. Vou falar um pouquinho com vocês, junto com a Tereza Mansor, sobre o município Verde Azul. Bom, só para contextualizar um pouquinho, o município Verde Azul está dentro da Diretoria de Planejamento Ambiental, que é dirigida pela nossa diretora Marcitani. Dentro da Diretoria de Planejamento Ambiental, a gente tem a Coordenadoria de Interface Regional e Local, onde está a Tereza Mansor, onde a gente tem as estratégias para lidar com os municípios, o que a gente vai fazer no âmbito regional e no âmbito local. E dentro dessa coordenadoria, a gente tem um departamento de articulação de municípios, que é onde está o município Verde Azul. É onde estou eu, a Amanda Gusmão, o Sérgio Akira, a Sheila Watanabe e a Giovanna Nogueira. Então, a gente está diretamente lidando com todas as políticas que o Município Verde Azul induz, além de capacitar, comunicar e disponibilizar estudos para que os municípios consigam planejar e executar suas políticas públicas de forma mais eficiente. O Município Verde Azul tem 19 anos, ele foi criado em 2007. Ele tem um dos seus objetivos, é fomentar e avaliar a eficiência da gestão ambiental municipal. O programa é voluntário e a gente teve no ciclo passado, no ciclo de 2024 a 2025, 347 municípios participantes. Desses 98 municípios foram certificados, que são aqueles que a gente já atingiu a pontuação, que a gente entende de 75 pontos de 100. Como funciona a engrenagem do PMVA? Um dos pontos primordiais do PMVA é que a gente tem uma linguagem comum entre os 645, respeitando a realidade de cada um, de uma forma que a gente consiga entender, comparar e articular e planejar de forma regional as políticas públicas. Então, tantos os planos, as leis regulatórias que são pedidos pelo PMVA, eles seguem um formato padronizado. A gente tem com o Tribunal de Contas o Índice, o IEG, Índice de Efetividade da Gestão, que foi criado em 2015, com a participação do PMVA para poder definir quais são os indicadores que estavam dentro da temática de meio ambiente. E aí, com isso, a gente tem a garantia da continuidade das políticas públicas que a gente está induzindo. Esse conjunto de coisas, de itens, no final, a gente tem um selo, que a gente chama de selo Município Verde e Azul, que é onde o Estado reconhece o compromisso da gestão ambiental municipal com a agenda ambiental. Então, como é a base estruturante do PMVA? Hoje, o PMVA é regido pela Resolução SEMIL 36/2024, então a gente tem os atos normativos a base legal, que são 24% das tarefas que são solicitadas. É importante falar para vocês que a gente pede 52 ações dentro desse programa para os municípios mostrarem para a gente, então a gente também pede os planos, porque é importante que dentro da política pública ele tenha a base legal, mas ele também tem o planejamento, e os relatórios, que são 45% da ação que de fato está sendo feita no município. E a gente também induz os municípios a cooperarem entre si, que é importante, mas também articular com outras pastas aqui do Estado, aliando as políticas públicas estaduais e as políticas públicas municipais. Falando um pouquinho para vocês do histórico

do Município Verde Azul, ele nasceu em 2007 com o intuito de ser um protocolo de conduta ambiental para fortalecimento da agenda ambiental aqui no estado de São Paulo. Em 2011, ele se tornou um programa de estado, passando a se chamar Programa Município Verde Azul. Em 2013, teve o fortalecimento através da integração com o Pacto das Águas. Ao longo de todos esses anos, o PMVA sempre foi participativo com a população e a sociedade civil dentro das tarefas e diretrizes que eram propostas, sempre respeitando a especificidade de cada um e pensando nas políticas públicas que eram mais importantes durante a transição desses anos. E aí a gente chega em 2024, em 2023 a gente teve uma consulta pública, onde a gente construiu em conjunto a Resolução SEMIL de 2024, incorporando o Zoneamento Ecológico Econômico como uma das diretrizes, das diretivas, e também fortalecendo o tema de mudanças climáticas e resíduos de recursos hídricos. O PMVA, o ciclo PMVA que a gente chama, ele tem início sempre no dia 1º de agosto do ano anterior, até 31 de julho do ano corrente. Então, o ciclo que a gente está agora começou em 1º de agosto do ano passado e vai até dia 31 deste ano. A gente tem os Termos de Adesão, que são aquele documento formal onde o prefeito, ele diz que tem intenção de participar, ele se compromete em desenvolver a agenda ambiental no município. A gente não tem um período definido para receber, a gente recebe continuamente durante o ano. Durante fevereiro a julho, o foco da equipe é a capacitação dos municípios dentro das diretivas e dos temas que a gente estabelece. Então, a gente também tem questões de educação ambiental, de restauração ambiental, de coexistência humano-fauna, de qualidade do ar, sempre com muita parceria com os outros especialistas aqui da SEMIL. A gente tem a equipe também que fica disponível para suporte tanto presencial aqui na sede quanto online, sempre com a agenda definida ou com a agenda que o município por acaso está por aqui e deseja participar aqui na sede. Esse ano também a gente fez nove encontros regionais, que a Tereza vai falar um pouquinho depois para vocês. Então, a gente tem vários mecanismos, várias frentes para poder atender e orientar os municípios. Agora, do dia 01/07 até o dia 10 de agosto, a gente está recebendo os documentos via sistema do PMVA, onde o interlocutor e o suplente, que são as pessoas que foram definidas para fazer a articulação com a gente, tem acesso e colocam todas as documentações. De agosto a novembro, a equipe avalia todos os documentos conforme o que está definido na resolução. Dentro do sistema, é liberado as notas para os municípios. E, se tiver alguma contestação, também pode fazer dentro do período definido. Acabando esse período, entre o final de novembro e começo de dezembro, a gente tem o evento de certificação, onde a gente reconhece os avanços dos municípios dentro da agenda proposta e os melhores colocados são contemplados com o prêmio governador Franco Montoro. Como o Município Verde e Azul é feito? Ele é dividido em diretivas, são dez diretivas. A gente tem governança ambiental, adaptação às mudanças climáticas, educação ambiental, saneamento básico, resíduos sólidos, qualidade do ar e mitigação de gases de efeito estufa, biodiversidade, arborização urbana, recursos hídricos e o Zoneamento Ecológico Econômico. É importante duas diretivas que eu queria destacar, a de adaptação às mudanças climáticas e qualidade do ar que a gente falou em algum momento aqui, onde a gente, em adaptação às mudanças climáticas, a gente fortalece a questão da estrutura, do município ter uma estrutura para poder tanto atender às respostas, mas também estar preparado para as ações de adaptação, para ele poder se adaptar dentro do seu território. E que o Lacava tinha comentado também sobre a questão da substituição de frota e inspeção dos poluentes. Então, em conjunto com a CETESB, porque é sempre muito parceira da gente, a gente tem essas duas diretrizes, essas duas ações, para fortalecer e ajudar na política do Estado. Cada diretiva dessa, ela pode ter até 10 pontos, totalizando um total de 100 pontos dentro do programa, onde os municípios são classificados em qualificados, que são aqueles que

atingem a pontuação de 50 até 74,99 pontos. E acima de 75 pontos, 75 para cima, eles são considerados certificados. Então, eles têm menos desafios a serem enfrentados em relação aos outros. Ainda dentro disso, os municípios são classificados em cinco grupos por porte populacional, segundo a Fundação SEAD. A gente tem desde o grupo 1, que vai até 9.999, chegando no grupo 5, que tem mais de 500 mil habitantes. O ciclo 2024-2025 do PMVA, que é o último ciclo que a gente tem completo, a gente teve a participação de 347 municípios. Então, esses 347 comprovaram as tarefas dentro do programa. 198 foram certificados, então eles atingiram a pontuação de 75 ou mais pontos. 92 municípios foram qualificados, então eles ficaram entre 50 e 74,99 pontos. E 157 estão em processo de qualificação e certificação. Então eles têm um pouco mais de desafios, mas eles estão no caminho também para desenvolver a agenda. A Tereza vai falar um pouquinho para vocês o que a gente falou desse ano.

02:07:23 Maria Tereza Mansor (DPLA): Bom dia a todas e a todos. Aqui, então, vou falar um pouco do que a gente fez em 2026. A gente disponibilizou para os municípios um manual de orientação. Esse manual, a cada ano, vai sendo mais qualificado com o nosso contato com os interlocutores. Então, esse ano, a gente disponibilizou o manual revisado a partir da Resolução 36, de 2024, com a intenção de tornar os municípios mais independentes no cumprimento das tarefas, porque a gente tem um canal aberto para atendê-los, de vários modos, mas são 645. Então, quanto mais a gente conseguir explicar como se cumprem as tarefas e o que vale e o que não vale para o cumprimento das tarefas, a gente nos ajuda no nosso trabalho. Então, este manual veio também com uma planilha de checklist, que é onde o município, antes de subir os documentos no SIGAM já pode avaliar por si mesmo quais documentos ele tem em mãos e qual seria a nota com os documentos que ele tem em mãos. Então, ele simula o quanto ele consegue atingir no PMVA, dos 100 pontos que a gente propõe que eles atinjam. Então, essa planilha, junto com o manual, foi algo que a gente agora vai colher os frutos, já está colhendo, mas vai colher ainda mais. Também nós lançamos um compilado de soluções baseadas na natureza, que fez parte de uma edição especial do PMVA, que ocorreu em 2024, em que a gente teve um edital de seleção de SBN dos municípios. A gente teve 19, vamos dizer, selecionados nesse edital, dos quais 13 se propuseram, aceitaram o convite para compor essa publicação, que foi finalmente disponibilizada na Semana do Meio Ambiente desse ano. Até trouxe aqui, foi disponibilizada digitalmente, mas é essa publicação aqui. Na verdade, a nossa intenção é que eles compartilhem as boas ideias para inspirar os demais municípios. E a gente tem atendimento, tanto online, semanal, quanto presencial, quando os municípios estão na casa, e também por WhatsApp. Temos WhatsApp para todos os interlocutores nos acessarem, acessar a equipe. E nós produzimos alguns EADs e outras formações online. Esse ano, juntamente com a DBB, produziu um EAD sobre o SARI, que está disponível no portal de educação ambiental. A educação ambiental é um grande parceiro do PMVA, a gente praticamente trabalha junto com eles, quase todos os nossos trabalhos que podem ser divulgados estão divulgados no portal EAD. Falando dos encontros regionais, porque a gente, como a Fernanda mostrou, no ciclo desse ano, no primeiro semestre, a gente faz as formações e capacitações. Esse ano, a gente, internamente no planejamento ambiental, formatou encontros, pensando principalmente na integração entre os nossos trabalhos. Então, o ZEE, Estado, o PEARC e o PMVA refletiram sobre como deveria ser essa formação. Fomos a campo em nove encontros, dividimos o território nas zonas do Zoneamento Ecológico e Econômico. Então, aqui a gente mostra para vocês tanto as sedes desses nove encontros, quanto os municípios participantes, que então foram 161 municípios que participaram, e nós tivemos 513 participantes entre

agentes públicos municipais e também nossos parceiros do Estado, porque a gente estendia o convite regionalmente para que os parceiros também pudessem vir. Como o PMVA abarca muitas ações do Estado, ações da SEMIL, esses parceiros também tinham uma fala, um espaço de fala. Então, falando um pouquinho desses encontros, em dois deles, que foi em Presidente Prudente e Araçatuba, a gente também teve, além de uma formação sobre o próprio programa, e de experiências municipais, que foi a cereja do bolo, a cada encontro, a gente tinha apresentação de três ou quatro experiências municipais, porque o PMVA, ao longo do tempo, e por causa dos ciclos, a gente tem quase que um banco das ações dos municípios. Então, a gente fez convites nos encontros regionais para eles apresentarem, trazerem experiências que foram apresentadas no próprio programa, como tarefa cumprida. E aí, isso foi uma coisa que mobilizou muito os próprios municípios e que permitiu muita troca de experiência. Então, foi algo que é muito positivo e que a gente vê com bons olhos para continuar repetindo. Enfim, a gente teve desde visitas técnicas aqui em Taubaté, no CRAS, a gente teve várias visitas técnicas a cada encontro. Então, em Taubaté, no CRAS, num viveiro escola em Americana, a gente teve os treinamentos, além das conversas e das apresentações das experiências municipais, em Araçatuba e em Presidente Prudente, a gente teve a formação na rede ZEE. Então, foram técnicos também da DPLA que ensinam esse trabalho com a rede para os municípios. E a gente teve muitos momentos de debate também. A gente mostra aqui em São Paulo, em registro, um momento de debate, participação. O registro foi muito interessante também, a gente teve bastante parceiros que participaram. Foi no escritório regional, porque as prefeituras sediaram. A gente tem conversas com os interlocutores, então a gente fez encontros nos mais variados locais. E em Registro a gente fez no escritório regional. Foi uma experiência interessante, porque a gente tem outros órgãos ali, já presentes, que podem participar, isso foi uma facilidade, no caso. Então, é isso, a gente trouxe aqui bem rapidamente, um programa que é muito complexo, que envolve 52 tarefas, que envolve várias áreas parceiras aqui da SEMIL. Mas, de uma maneira rápida, estamos à disposição, esse é o nosso contato. E a gente pede, então, aos conselheiros que nos ajudem a sensibilizar os municípios para a adesão e para a participação, porque a gente tem muito retorno, quando a gente vai a campo, de que em algumas prefeituras o PMVA ajuda na própria estruturação da área ambiental municipal. Então, isso eu acho que é uma proatividade em que todos ganham. Então, é isso. Agradeço o espaço e estamos à disposição para dúvidas.

02:16:17 Naiana Lanza: Obrigada, meninas, pela apresentação, foi muito rica. Então, agora a gente passa para os comentários dos conselheiros. Manara, Victorino, Leduc. Vamos ver se online tem alguém, só um segundo. Por enquanto não temos ninguém online, então acho que a gente pode iniciar. Manara, podemos começar com você?

02:16:55 Marcelo Manara: A menção só olhar para o lado direito é meramente por uma questão de lado mesmo, viu? Não é nada, nos dias de hoje, problemático isso. Mas vamos lá. Bom, primeiro, parabéns a toda a equipe, parabéns ao programa. Então, logicamente, já colocar a ANAMMA à disposição sempre para promover o engajamento dos municípios, o esforço dos municípios para essa adequação. Eu queria aproveitar a oportunidade e sugerir, eu acho que um pouco na linha do que a Fernanda Carbonelli falou há pouco. O programa Município Verde Azul, isso é uma sugestão, uma proposta, viu, secretário? Para que a gente possa utilizar do já engajamento dos municípios que ocorrem no programa Município Verde Azul. Quem já teve nos eventos vê que vem uma quantidade muito grande, os próprios prefeitos participando, secretários, aqui o auditório do Palácio lotado. Então, é um programa

realmente consistente, que a SEMIL leva até os municípios. Então, as pautas prioritárias poderiam ser motivo de um capítulo de reconhecimento dentro da estratégia do Município Verde Azul, e eu vou citar duas aqui. Quando o Estado, a SEMIL, declara um estado de estresse hídrico, poderia automaticamente ser criado esforços dos municípios, em atenção àquele estado de estresse hídrico. Da mesma forma que nós temos hoje um estado de alerta sobre os eventos climáticos através do El Niño, então, também um tem relação com o outro, os esforços dos municípios com relação à resiliência climática e estresse hídrico. Então, quando nos deparamos em momentos em que o Estado anuncia para os municípios se atentarem a isso, isso automaticamente já criaria, dentro de um campo auditável e reconhecível da metodologia do programa Município Verde Azul, automaticamente já criaria isso. Como sugestão, porque já aproveitaria de um programa de grande sucesso em engajamento e aceitação dos municípios. Falar, olha, a partir de agora tem esses dois capítulos aqui, que é prioridade também, e anunciam seus esforços em termos da dinâmica e do enfrentamento do estresse hídrico e da resiliência climática. Obrigado.

02:19:51 Naiana Lanza: Obrigada, Manara. Na sequência, o Victorino.

02:19:57 Eduardo Victorino: Parabéns às meninas. E dizer que o Município Verde Azul evoluiu demais. Os três anos, impressionante como evoluiu. Parabenizar vocês, equipe. Os treinamento, tirar dúvidas, o material técnico, é uma coisa fantástica, gente. Vale muito a pena participar. Mairiporã está correndo atrás para ser qualificado. Esse ano a gente vai chegar lá. A gente tem trabalhado bastante, tem uma equipe só para tratar desse assunto, para a gente realmente ter o nosso engajamento. Inclusive o prefeito tem cobrado a gente e a gente vai chegar lá. Até contar um fato, que no ano passado, eu fiz três contestações. Eu fiz as três, perdi as três. Mas foi bom a gente ter perdido, por quê? Porque quando vocês dizem por que nós perdemos, você explica direitinho, faz assim, assim, assim. Então, usamos esse nosso hoje, essa contestação, para a gente poder melhorar este ano. Então, o Município Verde Azul é uma coisa muito importante pelos temas que nós temos, pelo engajamento. E a gente trouxe um grupo de três meninas, de novo as mulheres tomando frente do tema, do desafio, vão ganhar um jantar, um almoço da gente, se elas conseguirem um selo para nós. Mas elas se envolveram e trouxeram, eu sou interlocutor também, trouxeram para mim, olha, Victorino, nunca vi o tratamento, o respeito que vocês têm, o carinho com as pessoas que perguntam, o tira dúvida, o pessoal pergunta e você nos atendem. Então, assim, parabéns mesmo, sabe? Para nós, essa ideia, viu, Manara? Quando a gente tem três grupos, população, foi importante isso, sabe? Porque Mairiporã tem 93 mil habitantes. Sorocaba tem muito mais que isso. Então, tem muito mais condições de ter um grupo para trabalhar com isso. Então, isso também veio um benefício para a gente, que somos um município grande em território, porém pequeno em população, obviamente pequeno em estrutura. Então, mais uma vez, parabéns a vocês. E esse ano aqui, se Deus quiser, estaremos no Palácio, junto lá para a gente comemorar esse ganho, porque nós fizemos bastante coisa que precisava ser feita. Obviamente que vai depender da avaliação de vocês. Mas obrigado e parabéns a todos.

02:22:28 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Na sequência, o conselheiro Eduardo Leduc e depois, por fim, a Adriana, que está online.

02:22:36 Eduardo Leduc: Parabéns. Motivador, engajador. É a agenda positiva que a senhora Natália Resende sempre fala, né? Agenda positiva que valoriza os que estão fazendo, que a gente vai sempre, muitas vezes, às agendas punitivas. Então, realmente, é

muito bacana. Eu não conhecia os detalhes, mas vou me atrever aqui a fazer algumas contribuições, talvez, que valem a pena, pelas experiências que eu tenho, talvez em destaques que a gente já fez em setores dentro do Brasil. A divisão, eu acredito que pensar em uma divisão, embora vocês façam encontros regionais, mas a hora que você pensa que eles estão competindo a nível de Estado por cidades, por tamanho de habitantes, por número de habitantes, eu acho que tem um valor, mas se fosse regional já, por desafios territoriais que tem, e daria para dividir o Estado, por exemplo, é difícil, por exemplo, se separa o litoral norte, como é que você vai comparar o litoral norte, que os desafios são muito diferentes do que Jundiaí, do que Campinas. Então, eu acredito que se a gente separasse por desafios territoriais e você tivesse, digamos assim, campeões por essas regiões, Sudeste, Sueste, Litorâneo, se você tivesse realmente vencedores, dois de cada região, você vai ter os mesmos dez, digamos assim, mas você tivesse, ele vai se comparar com o vizinho e não com um que está lá longe dele. Ele vai estimular o vizinho, vai criar uma competição saudável com quem ele está perto dele e ele sabe que os desafios são parecidos então vai estimular muito mais a competição, imagino. Uma outra coisa que se esses, eu não sei se eles fazem, mas se esses finalistas, digamos assim, todos receberam, mas você vai ter os destaques, na minha visão teria que ter os destaques. E esses 10 destaques, por exemplo, apresentassem formalmente para uma comissão julgadora do Estado. Porque não é só o envio dos documentos para analisar. Vocês selecionam e eles já vão ter uma exposição de ter que apresentar, pode ser virtual. Mas vai estar aqui a secretária de meio ambiente e não só meio ambiente. Quando a gente faz isso nos municípios, só manda o meio ambiente, porque é verde e azul. Pô, isso é saúde. A Secretaria de Saúde tem que estar ali, Secretaria de Educação tem que estar ali, não é só a parte ambiental. Então, acho que essas pessoas deveriam fazer uma apresentação para o Estado. E aí, depois, vão ser os destaques que virão para um evento, na minha visão regional, para compartilhar com os demais as boas práticas. Porque eu acredito que... E tem que ver o que eles ganham com isso. Porque ele tem que ter um benefício, que não é só o investimento e o reconhecimento, que talvez sejam as linhas de crédito para todos que conseguiram, linha de créditos diferenciadas, para que os outros realmente estimulem. Essas são coisas que eu estou sugerindo aqui mais para uma visão de como eu me sentiria se eu fosse um município. Em agricultura a gente fez muito isso para os campeões de produtividade, porque nada mais sustentável na agricultura do que você aumentar a produtividade com responsabilidade. E a gente não conseguia comparar um produtor da Bahia com um produtor de arroz e irrigado. A gente teve que separar, porque daí o negócio pegou fogo e aí acabou virando uma disputa positiva entre eles. E eles são referências, convidados para congressos internacionais, inclusive, porque eles são referências nas situações deles. Obrigado.

02:26:20 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Tereza, a gente tem mais três pessoas inscritas. Elas podem falar ou você quer se manifestar agora e a gente faz um segundo bloco? Só para ver o que você acha melhor.

02:26:33 Maria Tereza Mansor: Talvez melhor me manifestar. Bom, agradeço muito as contribuições. Vou responder aqui na ordem. E aí, Fernanda e Marcinha, se quiserem me complementar, fiquem à vontade. Manara, em relação à sugestão de pautas prioritárias, ao longo do tempo, quando as resoluções vão sendo lançadas, elas já se adequam ao que no momento ambientalmente está sendo uma pressão. Agora, fazer isso anualmente, quase que emergencial, como você sugere, eu, assim, isso é a minha opinião, eu vejo que a gente, até na coordenação de interface regional e local, a gente tem tentado desenvolver esse olhar

mais regional que aí responderia isso, mas no sentido de trazer e divulgar o que já acontece, porque geralmente é a resposta do Estado, então apoiar essa resposta, integrar essa resposta no programa. Mas o programa tem uma formatação que está dada na resolução. Então, na medida do possível, a gente acata essa sugestão muito boa e está tentando fazer isso quando a gente, por exemplo, esse ano, em algumas ações da DBB, por exemplo, a gente se aliou para uma divulgação, para ampliar a divulgação. Isso a gente fez bastante esse ano, ampliar divulgações de coisas que nem são a princípio tarefas do PMVA, mas que refletem de alguma forma nas tarefas, a gente está se dispondo a fazer, porque a gente sabe que o interlocutor tem uma entrada, ele já olha para vários assuntos porque ele é o interlocutor. Então, não sei se respondi muito.

02:28:47 Marcelo Manara: Desculpe, não vou fazer debate, mas eu só vou contextualizar melhor. Nós estamos agora recentemente numa negociação que aconteceu já, resultou num aporte suplementar de água da Bacia do Paraíba do Sul para atender a região metropolitana de São Paulo. Então, uma situação em que uma negociação define para um cenário de nove municípios uma condição extremamente complexa de gestão da água no Município Verde Azul. O programa deveria ler isso, esse momento de excepcionalidade em que bacias... **(02:29:29 inaudível)** estabelecem enormes sacrifícios para atender e, num reconhecimento de uma premiação por desempenho, de ação na água, isso se torna... Então, teria que ter uma categoria especial para reconhecer os momentos excepcionais e o que os municípios serviram ao grande chamado do Estado, provendo iniciativas ou ações, ou deixando de se desenvolver em benefício de outro. Então, assim, é uma questão de justiça socioambiental dentro do para essa leitura e, só para finalizar, é uma situação que tende a se tornar muito recorrente. Então, um capítulo especial do município Verde Azul anual, dentro de uma fórmula, de uma métrica possível de ser auditada, atende também a esse chamado para os municípios.

02:30:33 Maria Tereza Mansor: Eu agradeço bastante. A Márcia quer fazer um comentário, deixa eu passar aqui.

02:30:41 Márcia Itani (DPLA): Agradecer a sugestão, Manara e Leduc. E já posso tentar responder a questão do Leduc. Quando a gente dá as capacitações dos municípios nas nove Zonas Ecológicas e Econômicas, a gente dá ênfase, procura na formação, destacar quais são os principais desafios por Zona Ecológica e Econômica. E para isso a gente se utiliza do diagnóstico territorial que o Zoneamento Ecológico Econômico apresenta, e as diretrizes que são recomendadas para que os municípios e os diversos atores sociais incorporem suas políticas públicas e na tomada de decisão para enfrentamento desses desafios. Ou também para fortalecer o que tem de potencial, em termos de qualidade ambiental, qualidade de vida daquela região, da Zona Ecológica e Econômica. Então, a gente acolhe a sugestão com bons olhos, mas só para destacar que na formação a gente já dá essa orientação: pessoal, vejam, nessa Zona Ecológica Econômica, os principais desafios são segurança hídrica, salvaguarda da biodiversidade, que são os eixos estratégicos do Zoneamento Ecológico Econômico, desenvolvimento sustentável da economia regional, enfim. Então, a gente orienta dessa forma. E aí, respondendo à questão do Leduc, sobre a divisão em termos de desafios territoriais, quando a gente incentiva os municípios a atenderem as tarefas e as diretivas, o município pode, para aquela diretiva que seja a adaptação e resiliência às mudanças climáticas, ele apresenta o plano que está em desenvolvimento, está sendo implementado. Outro município da mesma região, litoral norte, pode apresentar um plano ainda inicial em

elaboração. E tudo bem, todos estão caminhando nesse sentido, mas a gente acaba deixando para que os municípios mesmo destaquem aquelas tarefas, aquelas ações que atendam aquilo que está sendo solicitado. E a ideia é compartilhar. Então, os desafios setoriais são colocados nas formações e os municípios apresentam conforme a agenda pública também do momento, das prioridades. Mas há sim uma orientação, um destaque, os principais desafios da região, vamos atentar para isso.

02:33:09 Eduardo Leduc: O meu ponto, de novo, não é debate, mas só ressaltando, é dar muita publicidade às boas práticas no nível regional para valorizar, e eles se desafiarem mutuamente também. Então, por exemplo, por que esses 10 que vocês selecionaram de destaque, então não apresentam aqui o seu trabalho? Antes de serem, porque a minha visão é assim, é destacar mesmo, com forte imprensa, sabe? E por que eles não fazem uma apresentação depois aqui nesse grupo, num dia faz um CONSEMA especial, eu não sei, mas realmente que eles se sintam extremamente valorizados, mas que a gente noticie muito os destaques por região. Porque quem está numa região, embora ele saiba que ele está fazendo um desafio climático lá no litoral e o outro aqui em Jundiaí é outra coisa, o que vai destacar é ele olhar nos pares. Entendeu? Então, talvez o meu ponto é: como valorizar mais, fazer disso uma comunicação estratégica do Estado para acelerar a adoção dessa agenda de vocês, que é maravilhosa.

02:34:23 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro.

02:34:24 Maria Tereza Mansor: Obrigada. Só queria agradecer o conselheiro Victorino por ter dado esse retorno em relação ao tratamento que a equipe dispensa aos interlocutores. Isso é muito importante para a gente, porque, enfim, valoriza o nosso trabalho, nós somos poucos. E é isso. Muito obrigada. Então, acho que fica respondido.

02:34:49 Naiana Lanza: Legal. Então, vamos seguir aqui para o segundo bloco de perguntas. Iniciando com o pessoal que está online. Adriana, por favor.

02:35:05 Adriana de Castro da Silva (Iniciativa Verde): Bom dia, bom dia, conselheiras, conselheiros, toda mesa. Bom, eu estou falando muito rapidamente, eu sou uma fã de carteirinha do município Verde Azul. É um programa que trouxe uma agenda horizontal para os municípios. Aquele município de pequeno porte, de 5 mil habitantes, que não sabia o que era uma agenda ambiental, hoje tem uma rotina e isso foi incrível, foi um divisor de águas na minha visão enquanto cidadã, enquanto membro de Condema, hoje no CONSEMA também. O alto potencial do município Verde Azul, que alguns conselheiros já relataram, é uma coisa assim, essa dinâmica é mágica. O programa Município Verde Azul consegue conversar com 645 municípios, e aí realmente é aquela história, as coisas acontecem no município. A capilaridade que a conselheira Fernanda — (02:36:11 ininteligível) do município Verde Azul. E aí eu gostaria de colocar uma questão, assim, e ter uma devolutiva das meninas do programa, que é assim, eu acompanhei o Município Verde Azul desde 2007, quando ainda era um piloto. Naquela ocasião que o coordenador era o José Walter, eles, por algumas edições do Município Verde Azul, eles fizeram umas visitas surpresas aos municípios, que foi assim, foi muito providencial, foi salutar para o programa. Então, eu vou falar algo que eu não ouvi ninguém falando, e que se fala muito veladamente, mas tem que ser dito. Muitas coisas que acontecem na teoria não acontecem na prática. Uma coisa é o relatório, outra coisa é aquilo que realmente é efetivado. Apesar de saber que o programa Município Verde Azul é

autodeclaratório, certo? A gente assina, o prefeito assina uma declaração de veracidade dos fatos. Mas o que eu estou dizendo enquanto cidadã, enquanto super atuante em Comitês de Bacia, é que as coisas não são bem assim. E a fiscalização, ou que não seja uma fiscalização, que seja uma visita surpresa como aconteceu, que não acontece há muito tempo, eu acho que seria algo muito bem-vindo, porque isso que eu estou dizendo trouxe uma credibilidade ao programa. E, como eu disse, isso não é dito, ou então se é dito, é dito veladamente. E acho isso extremamente importante. O que o Leduc falou também desse reconhecimento, não apenas com um prêmio, mas com um reconhecimento, com uma ajuda, com uma contrapartida, que também acontecia. Por exemplo, na ocasião de edições anteriores, os municípios mostravam as suas fragilidades. Ah, eu preciso de auxílio no programa de coleta seletiva, na restauração florestal, enfim, o que quer que seja, e era uma parceria muito, muito efetiva. Tanto que eu tenho, assim, eu acompanho bastante os números, assim, e a gente vê o tanto de município que deixou de remeter informação e mesmo assim é avaliado, tá bom? Estou falando isso, assim, de coração aberto, assim, que esse programa Município Verde Azul atravessa, assim, séculos. Ok? Obrigada.

02:38:37 Naiana Lanza: Obrigada, Adriana. Na sequência, a conselheira Fernanda Carbonelli.

02:38:47 Fernanda Carbonelli: Eu queria parabenizar as meninas primeiro, eu sei o quanto deve ser exaustivo para a equipe tocar esse programa. Parabenizá-las pelo esforço. E um pouco na linha do que a Adriana falou, eu acho que assim, salvo engano, a resolução acho que é de 2024 que alterou o programa, e a gente vê muitas vezes que a execução dessas diretrizes ambientais desses eixos temáticos, muitas vezes, por exemplo, quando você fala assim: tem governança ambiental? Tem um Conselho Municipal de Meio Ambiente em funcionamento? Muitas vezes o papel frio, você vai no site da Prefeitura, tem o conselho em funcionamento, mas será que ele está de fato em funcionamento operando como deveria, com a capacidade técnica que deveria ter? Então, eu penso comigo que a gente não pode prestigiar os municípios irregulares. E eu acho que, muitas vezes, infelizmente, um programa muito bom acaba sendo utilizado de uma forma errada. Então, eu acho que a gente precisa pensar melhor nos critérios, até, de repente, de ouvir o Conselho Municipal da cidade, por que não? Se ele faria jus, ou seja, o que o próprio Conselho Municipal acha do município ser muita... Porque muitas vezes o que eu vejo na prática é que a cidade é super, nossa, você viu que o município da batatinha doce ganhou o prêmio lá de Município Verde Azul? E aí as pessoas comentam, falam que absurdo, olha o esgoto rolando, olha não sei o quê, olha a supressão de vegetação que aconteceu no município maior do que a estimada. Então, a percepção das pessoas... O prêmio, muitas vezes, não reflete a percepção das pessoas que vivem no território. Então, eu acho que a gente precisava achar uma métrica que pudesse dar mais sustentação a esse prêmio, né? Porque eu acho que não é pouca coisa ser reconhecido como... **(02:41:06 ininteligível)** Município Verde e Azul e eu acho que ele precisa merecer e muito. Então, fica aqui essa questão. Por exemplo, eu acho que a Marcia está aí na reunião, a Marcia é detentora de um estudo maravilhoso sobre as ocupações dos municípios frente ao gerenciamento costeiro, principalmente ali no litoral norte, e a gente vê que os municípios não cumpriram a meta. Então, para mim, só o fato do município não cumprir a meta do gerenciamento costeiro do Litoral Norte, para mim já seria assim, você não vai participar, meu amigo, enquanto você não conseguir equilibrar a sua meta, você não está apto a participar. Então, eu acho que a gente tem que deixar mais rígido isso, de forma que a participação e o prêmio sejam realizados por aqueles que, de fato, tenham um merecimento e um impacto

real, não muitas vezes um impacto documental. Também queria colocar, muitas vezes, que a prefeitura junta ali fotinhos de programas de educação ambiental e etc., feito por outras instituições, que muitas vezes nem a própria prefeitura participa do programa, nem com fundos e nem com nenhum tipo de atividade colaborativa. Então, eu acho que a gente precisa ser um pouco mais criterioso nisso, pensar de que forma que os conselhos e essa própria transparência possa se dar melhor. Talvez deixar isso mais transparente para que os conselhos municipais também possam fazer uma análise dessas temáticas e isso não ficar apenas num campo documental de análise quantitativa e sim mais qualitativa. Eram essas minhas observações, deixando claro que o programa é de extrema importância, mas eu acho que a gente precisa avançar muito com relação à questão da credibilidade e da aderência dele no território onde ele é originalmente construído. Obrigada.

02:43:16 Naiana Lanza: Obrigada, conselheira. Por fim, o conselheiro Coronel Navarro.

02:43:22 Leandro Navarro: Bem, só ativo de contribuição, parabéns. Eu também sou um fã e um entusiasta do programa. Nós temos similaridades, estamos capilarizados. Eu recebo muitos prefeitos, principalmente de pequenas cidades, e no intuito realmente de ajudar, de dar capilaridade, de dar essa dimensão de pegar os 645 municípios do estado de São Paulo, que acho que esse é o desafio. Faltam pelo menos o engajamento de 298, se não tiver com a conta errada. Então, a gente tem que dar algumas soluções para os prefeitos, eles enfrentarem os desafios. E assim, a título até de sugestão e apoio também, nós temos o serviço de controle ambiental integrado dentro da Polícia Militar Ambiental, temos alguns municípios aqui, inclusive de case de sucesso, Mairiporã é um deles, que o convênio com a Polícia Militar deu um up na fiscalização, no controle, na governança, no controle hídrico do município. Enfim, houve ganhos que hoje Mairiporã tem condições de concorrer ao prêmio também. Então, ofertar isso dentro das, que a gente tem o Estado também, a Polícia Militar Ambiental, através da operação delegada, que a gente faz fiscalização para o município, para o município, bem direcionado, podendo se ofertar isso como uma maneira dos prefeitos enfrentarem o grande desafio, que na verdade é a falta de estrutura. Muitas vezes ele não entra no programa, não sei o diagnóstico de vocês, mas esse é o feedback que a gente tem dos prefeitos, principalmente, das pequenas cidades, eles não têm a infraestrutura necessária para dar esse up no programa. Ele não tem uma equipe de fiscalização, ele não sabe nem por onde começar, muitas vezes. Acho que o Victorino até pode comentar algumas questões de Mariporã, do que a gente evoluiu nos últimos anos, por essa integração entre o Estado e o município, para a gente realmente atingir 100% dos municípios, porque ganha realmente todo o Estado, ganha o meio ambiente, enfim, a gente protege vidas e melhora toda a qualidade do nosso Estado. Então, só como sugestão, nós estamos à disposição também para conversar e a gente agregar valor e dar alternativas para o município para ele realmente se engajar, principalmente para aqueles pequenos que carecem muito de estrutura. Tá bom? Obrigado.

02:46:15 Naiana Lanza: Obrigada, coronel. Tereza, por favor, fique à vontade.

02:46:18 Maria Tereza Mansor: Obrigada, Naiana. Bom, agradeço as contribuições, Fernanda, Adriana e Coronel Navarro. Vou me permitir responder junto para a Fernanda e para a Adriana, porque eu acho que vai no mesmo sentido os comentários. E, assim, são muito importantes, é muito importante esse feedback para a gente. O nosso manual de orientação, que descreve como comprovar as tarefas, já trabalha um pouco nesse sentido do

cuidado que a gente quer ter para realmente entender uma tarefa cumprida como tarefa cumprida, sabe? Então, a gente continua nesse esforço, a gente já está fazendo reuniões para que esse manual de orientação seja refinado para o ano que vem, Fernanda. Fizemos reunião com a equipe de resíduos ontem para falar justamente sobre isso. Então, a gente vai, acho que, conversar internamente com a Marcinha também, em relação a como a gente poderia fazer algo como aquelas visitas surpresa que foram mencionadas pela Adriana ou esse contato maior com os conselhos municipais, que realmente a nossa diretiva de governança ambiental, ela tenta enxergar os conselhos em vários estágios, se existe, se é participativo, enfim. A gente faz várias perguntas para tentar entender como é que esse conselho está, mas é interessante, de repente, ouvir alguns conselhos. Então, internamente, enfim, isso está no manual de orientação, envio para comprovação, mas enfim. Então, a gente acata e agradece essas observações em relação ao que o Coronel Navarro falou. A gente tenta, então, marcar uma conversa, né, Marcia? Porque a gente tem tentado marcar essas conversas com os diversos olhares para trabalharmos melhor. Então, como foi feita a sugestão, a gente já aceita. E, enfim, a gente procura esse contato para conversarmos e tentarmos melhorar. E é isso, acho que da nossa parte. Marcinha? Fernanda? Então, acho que passo a palavra, Naiana. Agradeço novamente o espaço e estamos à disposição.

02:49:05 Naiana Lanza: Obrigada, meninas. Eu vou passar aqui a palavra ao subsecretário Jônatas, que gostaria de fazer alguns comentários também. Por favor, Jônatas.

02:49:14 Jônatas Trindade: Primeiramente, elogiar o esforço da equipe nesse trabalho de condução do PMVA, que não é algo simples, ter um envolvimento e uma análise técnica. E aí tem também a questão da boa fé do município, da informação que ele fornece. Acho que a gente sempre parte desse princípio. Lógico, sujeito a melhorias, como foi bem falado, no sentido de realmente fortalecer a agenda local. Acho que esse é o propósito. O objetivo do programa é enxergar no município com agendas que a gente possa, inclusive, divulgar, como foi feito na publicação que foi apresentada, foi parte da apresentação das experiências exitosas. Acho que esse é um processo, pessoal. O PMVA já tem alguns anos e quando a gente chegou, a gente chegou num momento em que estava tendo uma mudança de resolução, ou seja, a gestão anterior mudou a resolução em dezembro, que iria valer no próximo ano. Quando chegamos, havia uma reclamação muito grande dos municípios, no sentido de questionar a mudança da forma como foi. E aí nós fizemos um processo de discussão com os municípios daquilo que a gente entendia que eram mais relevantes, quais eram as diretrizes e quais eram as tarefas mais relevantes e a forma de apresentação desse resultado, que também é orientado por meio de um manual, com o objetivo de a gente alcançar o resultado, de realmente avaliar as políticas públicas municipais. Lógico, essa governança pode e vai ser aprimorada, porque a gente entende a importância de fortalecer a agenda e de fortalecer o programa em si. Então, tem esse compromisso da Secretaria de olhar para as diretrizes, de olhar para as tarefas e fazer essa discussão também com os municípios, até para entender e identificar esses gargalos ou essa necessidade de aprimorar a agenda. Eu acho que é uma agenda muito salutar. O Victorino colocou, que é isso. Acho que os municípios acabam se engajando e buscando esse aprimoramento da política pública, a gente sabe que ocorrem alguns desvios no sentido do município que não está cumprindo ou fala que está cumprindo e a gente tem cobrado e tem sido mais rigorosos nessa avaliação. Tanto o exemplo que o Victorino falou, que buscou comprovar algumas tarefas que não foram aceitas pela Secretaria, mostra a seriedade do trabalho que vem sendo feito. Eu acho que tentar pensar modelos, que eu acho que o modelo PMVA gera, primeiro o objetivo dessa

indução da política pública e o objetivo também de ter um diagnóstico da política pública local, acho que ele consegue gerar essa informação que é preciosa até para entender como é que está caminhando as políticas públicas. Por exemplo, a questão das mudanças climáticas entrou como diretriz e como tarefa, e que a gente quer enxergar e ver como é que está funcionando isso na prática. E como é que a gente consegue se aproximar e propor, que eu acho que esse é o papel do Estado, de propor coisas novas e formas de implementação dessas coisas novas. Vou dar um exemplo: no ano passado nós lançamos um curso que foi trabalhado junto com o Ministério do Meio Ambiente, com o GIZ, com diversos parceiros, e está disponível na plataforma da Escola Nacional de Administração Pública, que é a ANAP, que é um curso para a elaboração dos planos de adaptação e resiliência municipais. Essa experiência foi algo que foi trabalhado primeiramente com a GIZ e o Estado de São Paulo, num piloto que nós desenvolvemos e abrangemos dez municípios num primeiro momento. E aí o Ministério do Meio Ambiente, enxergando essa experiência como uma experiência boa, nos procurou para poder desenvolver esse curso que é oferecido para qualquer município do país. Então São Paulo foi referência e os municípios pilotos de São Paulo foram referências nessa construção. Então é esse tipo de indução que a gente quer, entender e ajudar o município que muitas vezes tem dificuldade, como o Victorino colocou, alguns municípios menores têm dificuldade. Tem equipe técnica muito reduzida, é difícil você conseguir implementar o conjunto de políticas públicas que eles são cobrados a implementarem, pelo reduzido quadro técnico, por dificuldades, às vezes, de recursos, humanos, materiais e outros. Mas eu acho que esse é um processo. É um processo que a gente quer e entende que pode buscar alternativas, aí pensando no PMVA, acho que o modelo é um modelo que está posto, mas a gente tem, por exemplo, o prêmio Franco Montoro, em que a gente pode estimular, na linha do que o Manara colocou, na forma como o Leduc colocou, pensar em desafios locais, regionais, para premiar iniciativas locais, para buscar partes daquilo que a gente entende da política pública que são importantes, de serem priorizadas naquele momento, e premiar essas iniciativas. Acho que nesse sentido a gente consegue caminhar, porque acho que também a gente tem que ter uma leitura bastante pessoal e particular de quem já está há algum tempo no serviço público. A continuidade das políticas públicas, ela depende de uma permanência, inclusive das regras que estão postas. Senão a gente não consegue fazer uma avaliação olhando para o que está acontecendo. Se está evoluindo, se não está evoluindo, se está piorando, como é que tem sido a evolução da nota do município ao longo do tempo. A gente precisa ter esse retrato anual para poder avaliar o caminho que está sendo alcançado, o resultado que está sendo alcançado. Então, acho que isso faz com que a gente consiga entender como é que a gente pode induzir melhorias, inclusive no que a gente tem feito muito forte, que é a questão das capacitações. É levar o Zoneamento Ecológico Econômico para os municípios entenderem a potencialidade do ferramental que a gente tem construído para poder auxiliar nessa construção. Elevar a educação ambiental para poder levar as temáticas específicas. Como é que a gente auxilia, por exemplo, considerando a temática incêndios, como é que a gente auxilia na questão da formação? Que tipo de demanda a gente pode utilizar? E a gente tem utilizado, por exemplo, a nota do PMVA como um dos critérios para os chamamentos públicos que a Secretaria tem construído para poder fomentar ou melhorar determinada política pública. A própria política de educação ambiental, a gente vai soltar um chamamento agora, no próximo mês, próximos dias, e esse chamamento tem como um dos critérios, acho que desempate que ficou, critério de classificação é a nota do PMVA. Mas voltando, pessoal, eu acho que não tem modelo fechado, não tem programa, a gente está na Secretaria para errar e acertar. No seguinte sentido, a gente quer acertar, nosso objetivo é acertar, mas às vezes no processo de fazer a

gente precisa melhorar as coisas para poder, com que a assertividade seja maior ou melhor, do ponto de vista de qualidade. Então, o que eu posso falar é o seguinte: a gente faz, a Secretaria tem feito, por meio do PMVA, mudanças estruturais no município. A gente consegue perceber isso e diagnosticar isso por meio de relatos, mas, logicamente, a gente tem que ter uma continuidade e precisa reforçar para que o programa não perca essa qualidade no sentido de indução da política pública, de indução dessa melhoria, entendendo o que foi relatado tanto pela Fernanda, pela Adriana, no sentido de qualificar para poder exigir, cobrar dos municípios a verdade, no sentido de execução da política pública, como deveria ser. Então, acho que é isso, acho que esse papel da gente é de indução e de apoio aos municípios e sempre sujeito a melhorias. Então, acho que é só para reforçar nesse sentido e parabenizar o trabalho que tem sido feito, porque não é um trabalho fácil, pessoal. Você poder avaliar tudo o que é recebido, a quantidade de tarefas que temos, são 52 tarefas de cada município, avaliado documento a documento, e fazer a consolidação disso, e fase recursal, e aí consolidar e ter o resultado final para a premiação, e organizar a premiação no final do ano, não é algo simples. Mas eu acho que é isso, é um esforço e uma continuidade que a gente entende que faz sentido. Se não fizesse sentido, vocês podem ter certeza que não tinha sido continuado. Faz muito sentido promover o PMVA e aprimorar e trazer outros instrumentais para melhorar a forma de atuação junto aos municípios. Porque, para quem não sabe, eu acho que já comentei mais uma vez, eu sou servidor público federal. Já fui da carreira do IBAMA como analista ambiental e acho que eu sentia, sempre senti muito, o distanciamento na lógica do que está estabelecido no — (02:59:19 ininteligível) de 81, a lógica do SISNAMA, dessa integração, dessa aproximação dos entes numa construção de um verdadeiro sistema ambiental. Eu acho que aqui em São Paulo a gente consegue se aproximar pela forma que a gente tem trabalhado junto aos municípios e tem desenvolvido de uma forma muito própria. E que bom que está sendo dessa forma, de uma forma muito própria, porque isso se reflete nos resultados que tem alcançado, independente de situações alheias que acontecem por um mau gestor, mas no sentido de que o Estado tem perseguido um caminho muito claro das políticas públicas, que dependem de uma governança muito forte. E essa governança só se faz se for junto com os municípios. Então a gente tem que entender o papel do município e a importância de valorizar a agenda ambiental no município. Não adianta achar que só o Estado vai resolver, só a União vai resolver, não vai resolver. Precisa desse esforço conjunto na execução da política pública no verdadeiro papel de cooperação, que é o que o SISNAMA prescreve desde 81, e que foi reforçado pela Lei Complementar 140. Então, entender os papéis da sociedade civil com o papel de apoiar essa fiscalização e cobrança junto com o Ministério Público, e cobrar também o Estado no papel de indução da melhoria da qualidade ambiental. A gente observa muito claramente aqui no Estado de São Paulo, vídeo de apresentação da qualidade do ar e outras políticas públicas que têm sido desenvolvidas, que são estruturantes e aí cada um dentro do seu papel, mas trabalhando de forma coordenada e organizada, que é a forma como a gente vai alcançar os resultados de melhoria ambiental. Então era isso, agradecer a participação de cada um. Acabei falando demais, mas é no sentido mesmo da gente entender a importância de reforçar essas agendas. A gente tem que entender a importância de trabalhar conjuntamente e de contar com o apoio de todos. Eu tenho falado isso desde que cheguei aqui em São Paulo, porque eu entendo que esse é o caminho. A participação da sociedade civil é fundamental e é super relevante, a gente tem que trabalhar juntos. A Secretaria sempre esteve aberta, a secretária Natália, quem conhece, sabe que ela não tem problema e não tem falta de disponibilidade. A agenda dela é complicada, mas a disponibilidade dela de fazer e participar e acompanhar e ver in loco as coisas que estão acontecendo para melhorar, sempre está aberta. Vocês podem acompanhar

a agenda dela, ela está viajando o tempo todo para entender e ver como é que pode melhorar, e nos cobra muito para que essa melhoria aconteça, no sentido de entregar o melhor para a população paulista. Acho que esse é o compromisso de todo servidor público, e é isso que a gente tem que se esmerar no dia a dia, e a gente espera que também os municípios entendam isso como algo importante, que o meio ambiente é muito importante, muito importante, para todos nós. Então era isso, falei demais, Naiana.

03:02:42 Naiana Lanza: Eu queria agradecer a todos e todas esse fechamento muito rico, Jônatas, obrigada por sempre compartilhar suas experiências conosco, a gente sempre aprende bastante. Então, disso e isso, eu agradeço novamente a presença de todo mundo, tanto no presencial quanto no virtual, e a gente se encontra novamente no próximo mês. Obrigada, pessoal.